



Enxergando o invisível

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA
VOLUME II

**EDIÇÕES
INESP**



Enxergando o invisível

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA
VOLUME II

Organizadoras

LÍDIA ANDRADE LOURINHO

CRISTIANE SALES LEITÃO

MINUCHY MENDES CARNEIRO ALVES



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE
O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

**EDIÇÕES
INESP**

VOLUME II – 1ª Edição
Fortaleza – Ce
2024

Enxergando o invisível

O
SISTÊMICO
NA GESTÃO
PÚBLICA

VOLUME II

.....

Copyright by Inesp © 2024

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

Diretor Executivo do Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Coordenação Editorial

Ernandes do Carmo

Assistente Editorial

Valquíria Moreira / Rachel Garcia

Supervisão de Design e Projeto Gráfico

Valdemice Costa (Valdo)

Diagramação

Letícia Albuquerque (estagiária de Design)

Revisão

Gustavo Vasconcelos

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

E56 Enxergando o invisível [livro eletrônico]: o sistêmico na gestão pública / organizadoras, Lídia Andrade Lourinho, Cristiane Sales Leitão, Minuchy Mendes Carneiro Alves. – Fortaleza: INESP, 2024. 2v. (141 p.) : il. ; 3500 KB ; PDF

ISBN 978-65-84902-64-0

1. Gestão pública. 2. Responsabilidade social. I. Lourinho, Lídia Andrade. II. Leitão, Cristiane Sales. III. Alves, Minuchy Mendes Carneiro. IV. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado.

CDD 341.3

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.

A presente obra não poderá ser comercializada e sua reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização prévia do Inesp.



Apresentação

Em 2022, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) lançou o livro *Enxergando o invisível: o sistêmico na gestão pública*. A obra relata as experiências da Alece com o trabalho de órgãos como o Comitê de Responsabilidade Social, o Núcleo de Saúde Mental (hoje parte do Comitê) e o Centro Inclusivo para Atendimento e Desenvolvimento Infantil (Ciadi), todos criados em 2021 na Casa do Povo. A partir da publicação, é possível perceber como a Alece voltou-se mais fortemente à coletividade.

Este segundo volume trata de iniciativas em diversas áreas que impactam positivamente o Parlamento estadual e a sociedade, como a integração da gestão sistêmica com a transdisciplinaridade; as ações desenvolvidas pela Célula de Fomento à Cidadania e Empreendedorismo de Impacto Social, com foco na saúde mental da comunidade do entorno da Alece; a prevenção ao suicídio por meio da Oficina Despertar; o estímulo à cultura de paz e à resolução de conflitos e o aperfeiçoamento na gestão de resíduos sólidos pela Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (CSGA), que torna o Parlamento cearense uma referência no setor público, de modo a inspirar outras instituições a seguirem um caminho em direção a um futuro mais limpo e sustentável.

A Alece, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), orgulhosamente, publica a obra *Enxergando o Invisível - Volume II*, buscando acentuar o trabalho sistêmico em atendimento às demandas da comunidade, integrando o cidadão ao processo decisório da administração pública e colaborando com o futuro das sociedades.

Deputado Estadual Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



Sobre o Inesp

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinham às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva ser referência no cenário nacional. Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o “Edições Inesp” e o “Edições Inesp Digital”, que têm como objetivos editar livros, coletâneas de legislação, e periódicos especializados. O “Edições Inesp Digital” obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico. O “Edições Inesp Digital” já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações alcança uma marca de 4 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a *Constituição Estadual* e o *Regimento Interno* entre os primeiros colocados. O *Enxergando o invisível: o sistêmico na gestão pública - volume II* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do “Edições Inesp Digital”, que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

*Diretor-Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas
sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp*

SUMÁRIO

1. GESTÃO SISTÊMICA E TRANSDISCIPLINARIDADE NAS AÇÕES DO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA A GOVERNANÇA MODERNA.....**11**
2. A PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA COMUNIDADE DO PIO XII: A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO PARLAMENTO CEARENSE**22**
3. OFICINA DESPERTAR: O LEGISLATIVO CEARENSE NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO.....**39**
4. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO LEGISLATIVO CEARENSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**61**
5. DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ: PERSPECTIVAS DA CÉLULA DE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL**80**
6. O MOVIMENTO DA CULTURA DE PAZ NO LEGISLATIVO CEARENSE **100**

1. GESTÃO SISTÊMICA E TRANSDISCIPLINARIDADE NAS AÇÕES DO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA A GOVERNANÇA MODERNA

*Lídia Andrade Lourinho
Cristiane Sales Leitão*

INTRODUÇÃO

O setor público enfrenta desafios cada dia mais complexos que demandam soluções inovadoras e colaborativas. A gestão compartimentalizada tradicionalmente praticada, com departamentos e órgãos funcionando de forma independente, mostrou-se insuficiente para lidar com toda essa complexidade, como inclusão, mudanças climáticas, urbanização, efetividade do serviço público, parlamento aberto, desigualdade social, entre outros. A gestão sistêmica e a transdisciplinaridade emergem como abordagens capazes de preencher essas lacunas, promovendo a integração entre áreas e setores na formulação de políticas públicas e na busca por uma gestão pública direcionada ao atendimento efetivo das demandas da sociedade (Morin, 2008; Vasconcellos, 2004).

A gestão sistêmica oferece uma abordagem integrada, em que todas as partes de um sistema são interdependentes e precisam ser consideradas de forma holística. Já a transdisciplinaridade propõe uma articulação entre saberes e disciplinas, incentivando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento para criar soluções inovadoras e sustentáveis (Nicolescu, 2002; Vasconcellos, 2004; Meadows, 2008). No contexto das ações do setor público, essas duas perspectivas podem contribuir significativamente para a eficácia das políticas públicas.

1. GESTÃO SISTÊMICA NO SETOR PÚBLICO

A gestão sistêmica baseia-se na teoria dos sistemas, que vê as organizações como partes interconectadas de um todo maior (Von Bertalanffy, 1968). No setor público, essa abordagem implica a integração de diferentes departamentos e políticas, reconhecendo as interdependências e buscando sinergias para otimizar os resultados (Checkland, 1981).

Uma reorganização sistêmica da gestão pública demanda revisão de processos, de capacitação de pessoal e, principalmente, implementação de uma cultura organizacional que prioriza a transparência, a integridade e a responsabilidade com o interesse público. O maior desafio se encontra em transformar a gestão pública em uma ação coesa e sistêmica, habilitada a responder de maneira ágil e efetiva às demandas da sociedade.

A gestão pública sistêmica, portanto, surgiu como resposta às complexidades advindas das novas diretrizes. Ela sugere uma visão integrada e holística da administração, na qual os diferentes setores e entidades públicas possam trabalhar de forma coorde-

nada e alinhada aos objetivos comuns. Esse modelo propicia a otimização de recursos, a eliminação de redundâncias e a promoção de uma governança interativa e colaborativa (Maximiano, 2015).

A gestão sistêmica baseia-se na Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy (1975), que propõe a análise de fenômenos a partir de suas inter-relações e interdependências. No setor público, essa abordagem permite entender a governança como um sistema complexo, em que as políticas públicas não devem ser pensadas de forma isolada, mas como parte integrante de um conjunto de ações que impactam nas mais diversas esferas da sociedade (Cavalcanti e Paula, 2012).

Morin (2008) reforça a ideia de que a visão sistêmica no setor público é fundamental para o enfrentamento das crises contemporâneas. Segundo o autor, a fragmentação do conhecimento e das ações governamentais gera incoerências e desperdícios, enquanto que a abordagem sistêmica possibilita uma compreensão mais profunda das inter-relações entre diferentes políticas, suas externalidades e seus impactos de longo prazo. Vasconcellos (2004) reforça essa visão ao destacar a importância de uma governança pública que seja orientada pela lógica de sistemas integrados, evitando a fragmentação na implementação de políticas.

Exemplos de políticas sistêmicas bem-sucedidas podem ser observados na gestão ambiental, em que os efeitos interconectados de políticas relacionadas ao uso do solo, agricultura, água e energia são abordados de maneira coordenada (Cruz, 2016). A gestão sistêmica também se aplica à saúde pública, onde é necessário coordenar fatores sociais, econômicos e ambientais para garantir a efetividade das intervenções (WHO, 2010).

De acordo com Chatterjee, Chollet e Trendel (2017), a estrutura da administração pública, se desenvolvida em uma sequência cíclica que tem o agente público e os bens públicos direcionados à prestação desses serviços, tem se apresentado insuficiente para a oferta de resultados que atendam as necessidades das sociedades na contemporaneidade.

Para tanto, a interdisciplinaridade, na gestão pública, aponta um encontro de ideias que podem ser criadas em diferentes contextos, mas que podem e devem se amoldar à realidade do local.

2. TRANSDISCIPLINARIDADE

A transdisciplinaridade transcende as fronteiras disciplinares tradicionais, promovendo a integração de conhecimentos e a colaboração entre diferentes setores e atores sociais (Nicolescu, 2002). No âmbito das políticas públicas, essa abordagem facilita a criação de soluções mais abrangentes e adaptáveis às complexas realidades sociais (Nowak, 2001).

A transdisciplinaridade, definida por Nicolescu (2002), vai além da interdisciplinaridade ao buscar uma integração mais profunda entre diferentes áreas do conhecimento, ultrapassando as fronteiras disciplinares para criar um novo entendimento sobre os problemas complexos. No setor público, essa abordagem é particularmente relevante devido à natureza multifacetada dos problemas enfrentados pela administração pública.

De acordo com Jantsch (1972), a transdisciplinaridade intenta uma reorganização do conhecimento, propondo um diálogo constante entre diferentes disciplinas e saberes não acadêmicos,

como os conhecimentos locais e práticos. No setor público, a participação de diferentes atores, como conhecedores de várias áreas, gestores públicos e a sociedade civil, é crucial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes (Leitão, 2020).

A aplicação da transdisciplinaridade em políticas públicas sustentáveis no contexto urbano, por exemplo, evidencia a necessidade de colaboração entre urbanistas, economistas, sociólogos, ambientalistas e os próprios moradores das cidades para encontrar soluções que promovam equidade social e sustentabilidade ambiental (Sachs, 1999). Essa abordagem também se aplica à formulação de políticas educacionais e de saúde, em que múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais influenciam o sucesso das políticas.

3. INTERSEÇÃO ENTRE GESTÃO SISTÊMICA E TRANSDISCIPLINARIDADE

A combinação entre a gestão sistêmica e a transdisciplinaridade potencializa a capacidade do setor público de responder de maneira eficaz a desafios complexos, promovendo uma visão integrada e colaborativa na formulação e implementação de políticas (Senge, 1990).

A implementação de uma gestão sistêmica e transdisciplinar no setor público não é isenta de desafios. Entre os principais obstáculos, estão a resistência à mudança, a falta de capacitação dos gestores públicos e a rigidez dos marcos legais e burocráticos. Segundo Peters (2011), a cultura organizacional das instituições públicas tende a favorecer a manutenção de estruturas rígidas e

hierárquicas, o que pode dificultar a adoção de abordagens mais flexíveis e colaborativas.

No entanto, as oportunidades oferecidas pela gestão sistêmica e pela transdisciplinaridade são vastas. A colaboração intersetorial e a visão integrada das políticas públicas podem resultar em maior eficiência e coerência nas ações governamentais. Além disso, ao envolver diferentes atores na construção das políticas, a transdisciplinaridade promove uma governança mais democrática e participativa, aumentando a legitimidade das políticas públicas e a confiança da população nas instituições (Leitão, 2020; Sachs, 1999).

4. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica de fontes secundárias relevantes sobre gestão sistêmica, transdisciplinaridade e administração pública. A análise teórica foi complementada por estudos de caso que ilustram a aplicação prática dessas abordagens no setor público.

5. DISCUSSÃO

A gestão sistêmica permite uma visão holística das políticas públicas, facilitando a coordenação interdepartamental e a otimização de recursos. Por exemplo, a integração entre os setores de saúde, educação e assistência social pode levar a políticas mais eficazes na promoção do bem-estar social (Kania & Kramer, 2011).

Senge (2012) afirma que, as organizações são feitas de pessoas e somente obterão sucesso no futuro aquelas que conse-

guiarem provocar nas pessoas o comprometimento e a capacidade de aprender e de se envolver em todos os níveis da organização. Para tal, o autor aponta cinco preceitos que motivam o comportamento direcionado para se chegar à organização que se aprende. Esses preceitos reconhecem a transdisciplinaridade e se identificam com o paradigma da união emergido pela física quântica, apontando o caminho mais adequado para a gestão sistêmica.

A transdisciplinaridade promove a colaboração entre diferentes disciplinas e setores, enriquecendo o processo de tomada de decisão e fomentando a inovação. Políticas urbanas sustentáveis são um exemplo em que a colaboração entre arquitetos, engenheiros, sociólogos e a comunidade local resulta em soluções mais resilientes e inclusivas (Fischer, 2009).

A adoção dessas abordagens oferece inúmeras oportunidades, incluindo maior eficiência na gestão de recursos, políticas públicas mais coerentes e adaptativas e maior participação cidadã na governança (Osborne & Brown, 2011). Além disso, promove a inovação e a sustentabilidade, essenciais para a relevância do setor público no século XXI (Westley et al., 2011).

A boa governança está no âmago do desenvolvimento sustentável e começa com o básico: democracia, estado de direito, respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e igualdade para mulheres e homens, bem como acesso à informação, justiça e participação política. A participação ativa de jovens na sociedade, política e economia deve ser estimulada. Políticas para combater

a corrupção e o crime organizado também são essenciais, devido aos danos que práticas de corrupção e criminosas causam à sociedade e à economia. (ONU, 2012, p. 102).

Apesar dos benefícios, a implementação da gestão sistêmica e da transdisciplinaridade enfrenta barreiras como a resistência cultural, a falta de capacitação dos gestores e a complexidade burocrática (Mintzberg, 1989). Superá-los requer mudanças estruturais e a promoção de uma cultura organizacional mais flexível e colaborativa (Kotter, 1996).

CONCLUSÃO

A integração da gestão sistêmica com a transdisciplinaridade representa uma evolução necessária para a administração pública contemporânea. Essas abordagens não apenas melhoram a eficiência e a eficácia das políticas públicas, mas também promovem uma governança mais inclusiva e sustentável. Para alcançar esses benefícios, é crucial que os gestores públicos sejam capacitados e incentivados a adotar práticas integradas e colaborativas, superando as barreiras culturais e estruturais existentes.

A adoção de abordagens sistêmicas e transdisciplinares nas ações do setor público apresenta-se como uma solução promissora para os desafios complexos enfrentados pela administração pública contemporânea. Ao promover a integração entre diferentes áreas e setores, essas abordagens permitem uma formulação de políticas mais coerente, eficaz e sustentável. Para isso, é necessário investir na capacitação dos gestores públicos, bem como promover a mudança cultural nas instituições, para que a colaboração e a inovação sejam valorizadas.

REFERÊNCIAS

Bertalanffy, L. von. (1975). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Capra, F. (1996). *The Web of Life: A New Scientific Understanding of Living Systems*. Anchor Books.

Cavalcanti, Melissa Franchini; Paula, Verônica Angélica Freitas. Teoria geral de sistemas I. cap.1 In: Martinelli, Dante Pinheiro, et al.(org.). Teoria geral dos sistemas. São Paulo: Saraiva, 2012.

Checkland, P. (1981). *Systems Thinking, Systems Practice*. John Wiley & Sons.

Fischer, F. (2009). *Citizens, Experts, and the Environment: The Politics of Local Knowledge*. Duke University Press.

Chatterjee, S., Chollet, F., & Trendel, J. B. (2017). O caso para encoders e decodificadores em representação de sequência profunda. *arXiv preprint arXiv:1705.04304*.

Cruz, M. A. (2016). Gestão Ambiental Sistêmica: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 50(3), 445-467.

Jantsch, E. (1972). Towards Interdisciplinarity and Transdisciplinarity in Education and Innovation. *OECD Interdisciplinarity Problems of Teaching and Research in Universities*.

Kania, J., & Kramer, M. (2011). *Collective Impact*. *Stanford Social Innovation Review*, 9(1), 36-41.

Kotter, J. P. (1996). *Leading Change*.
Harvard Business Review Press.

Leitão, M. (2020). Transdisciplinaridade e Governança Pública: desafios para o século XXI. *Cadernos de Administração Pública*, 12(1), 23-35.

Maximiano, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos da administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Meadows, D. H. (2008). *Thinking in Systems: A Primer*. Chelsea Green Publishing.

Mintzberg, H. (1989). *Mintzberg on Management: Inside Our Strange World of Organizations*. Free Press.

Morin, E. (2008). *Ciência com Consciência*.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Nicolescu, B. (2002). *Manifesto da Transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom.

Nicolescu, B. (2002). *Manifesto of Transdisciplinarity*. SUNY Press.

Nowak, R. (2001). The Transformation of the Disciplines: Transdisciplinarity. *The University of Chicago Press*.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Povos resilientes, planeta resiliente: um futuro digno de escolha*. Relatório do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global. 2012.

Osborne, S. P., & Brown, K. (2011). *Innovation, Public Policy and Political Strategy*. Cambridge University Press.

Senge, P. M. (1990). *The Fifth Discipline: The Art and Practice of the Learning Organization*. Doubleday/Currency.

Peters, B. G. (2011). *The Politics of Bureaucracy: An Introduction to Comparative Public Administration*. London: Routledge.

Sachs, I. (1999). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Senge, Peter M. *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. Tradução de Gabriel Zide Neto e OP Traduções. 28. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2012.

Vasconcellos, J. A. (2004). *O Paradigma Sistêmico na Administração Pública*. São P Von Bertalanffy, L. (1968). *General System Theory: Foundations, Development, Applications*. George Braziller.

Westley, F., O'Brien, K., & Goode, J. (2011). *Deep Change: Discovering the Leader Within*. Berrett-Koehler Publishers.

aulo: Makron Books.

WHO – World Health Organization. (2010). *Health Systems Financing: The Path to Universal Coverage*. World Health Report 2010. Geneva: WHO.

2. A PROMOÇÃO DA CIDADANIA NA COMUNIDADE DO PIO XII: A RESPONSABILIDADE SOCIAL NO PARLAMENTO CEARENSE

*Caroline de Sousa Morais
Gabriela Cavalcante de Freitas Eufrasio
Luana Paula Brasileiro Canamary*

INTRODUÇÃO

Em junho de 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo, reunindo representantes de 113 países e 400 organizações, governamentais e não governamentais, na Suécia. Essa iniciativa pioneira, que reflete a crescente conscientização global sobre questões ambientais, é fundamentada nos princípios de governança ambiental global (Biermann, 2007).

A Conferência de Estocolmo se consagrou como um marco para a discussão internacional sobre o meio ambiente, conforme analisado por Haas (1990) em sua obra seminal sobre regimes ambientais internacionais. Nesse evento, foram delineadas estratégias embasadas nas discussões teóricas sobre o desenvolvimento sustentável, conforme proposto por Sachs (1987).

Posteriormente, em 2000, também sob a égide da ONU e respaldado pelo amplo apoio de 191 nações, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), representando um avanço significativo na busca por metas sustentáveis (Nações Unidas, 2000). Esses objetivos, que foram propostos naquele ano de 2000 e cujos resultados deveriam ser colhidos em 2015, abrangeram áreas cruciais como cidadania, saúde, meio ambiente e desenvolvimento, refletindo a convergência de ideias apresentadas nas obras de Sen (1999) sobre desenvolvimento humano e nas teorias de capacidades (Nussbaum, 2000), contribuindo para um compromisso internacional em prol da promoção de uma agenda global mais inclusiva e equitativa.

No decorrer desse período, o Brasil sediou a Rio+20, em junho de 2012, proporcionando uma plataforma para a proposição de novos objetivos e metas. Essa iniciativa, em consonância com os princípios da ONU, resultou na transformação dos ODMs em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporando não apenas os temas previamente contemplados, mas também abordando outras questões de igual relevância no cenário global (Nações Unidas, 2015), com a previsão de colher resultados até o ano de 2030. Essa evolução reflete o contínuo compromisso internacional em direção a um desenvolvimento sustentável, buscando soluções abrangentes e multidimensionais para desafios globais.

Nesse contexto, a Responsabilidade Social emerge como uma resposta às mudanças institucionais, decorrentes das inovações tecnológicas, que repercutem em internacionalização de mercados, e novos marcos regulatórios, notadamente em ques-

tões ambientais e sociais, o que tem levado as instituições a se moldarem a novos parâmetros de governança, reputação e confiança dos investidores, conforme aborda Machado Filho (2020).

A transição de um paradigma focado exclusivamente em questões climáticas para uma abordagem sistêmica, contemplando a Responsabilidade Social, destaca a complexidade e a inter-relação dos desafios enfrentados pela comunidade global. Essa conexão intrínseca entre a agenda ambiental global e as responsabilidades sociais delineia um caminho convergente em direção a uma sociedade mais equitativa e sustentável (Barbieri, 2020).

A Responsabilidade Social é uma resposta de enfrentamento a tal problemática, protagonizada por empresas privadas, terceiro setor, sociedade civil, além das instituições políticas e entidades estatais que se comprometem com a causa.

A despeito de estar em pauta na academia, nas grandes empresas multinacionais e em ampla discussão nas novas mídias, o tema é novo no Brasil. Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais – Fundador Herbert de Souza (Betinho), as primeiras manifestações envolvendo empresários, comunidade, políticos e meios de comunicação só aconteceram em 1996.

A introdução da Responsabilidade Social no contexto das empresas privadas é uma iniciativa inovadora no cenário corporativo brasileiro, contudo, revela-se como um tema ainda mais recente e desafiador quando considerado no âmbito das instituições públicas.

Introduzir a pauta na gestão pública representa não apenas uma mudança de paradigma, mas também um compromisso com a promoção do bem-estar social e a construção de uma sociedade

mais justa e inclusiva. Este enfoque, ainda incipiente no contexto brasileiro, traz à tona a necessidade premente de estudos e práticas que consolidam e aprimoram a integração da Responsabilidade Social nas instituições públicas do país.

Diante do exposto, este trabalho acadêmico apresenta as ações desenvolvidas pela Célula de Fomento à Cidadania e ao Empreendedorismo de Impacto Social, atuante na comunidade do entorno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Através de um relato de experiência, contribuindo para a compreensão e aprimoramento das estratégias adotadas, a expectativa é que este estudo forneça material de trabalho não apenas para a célula em questão, mas também para gestores públicos, acadêmicos e demais interessados em promover iniciativas de fomento, impulsionando o desenvolvimento social sustentável e inclusivo em comunidades semelhantes.

1. APRESENTANDO A EXPERIÊNCIA

O objeto de estudo deste artigo consiste no trabalho desenvolvido pela Célula de Fomento à Cidadania e ao Empreendedorismo de Impacto Social, no período de junho de 2021 a outubro de 2023. Nesse intervalo temporal, diversas ações foram realizadas junto à comunidade do entorno para a promoção da cidadania, sem prejuízo de outras comunidades situadas em localidades que não mais se inserem no entorno do Parlamento, mas que, ainda assim, encontram-se em situação de vulnerabilidade.

Contudo, considerando o objeto de estudo deste trabalho, qual seja, a análise do impacto gerado na comunidade do entorno

da estrutura física da Alece, em virtude dos trabalhos do Comitê de Responsabilidade Social (CRS), convém restringir a pesquisa e o levantamento de dados à Comunidade do Pio XII, visto que preenche os requisitos formais da proposta lançada pelo presente artigo.

A comunidade em questão está localizada no Bairro Dionísio Torres, caracterizado como um dos bairros de mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade de Fortaleza, como evidenciado no relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (2010), que aponta um índice de 0,859689667. No entanto, apesar dessa classificação positiva, é relevante salientar que esse breve recorte territorial revela demandas que não correspondem integralmente à pontuação mencionada, sendo uma das razões fundamentais para a criação da célula de fomento. Precisamente, a missão dessa célula visa abordar e mitigar tais disparidades identificadas.

Ainda antes da concepção e implementação da célula de fomento, uma sequência concatenada de atos fora cumprida para que os projetos e ações levados à comunidade pudessem gerar impacto positivo aos seus moradores; na ocasião, buscou-se a formatação de um modelo de trabalho que propicia a entrega de serviços públicos de qualidade e, sobretudo, com pertinência às necessidades da população atendida.

O primeiro ato realizado foi a aproximação com as lideranças comunitárias, pois são elas o elo entre o comitê e o público alvo; representam um papel fundamental para o êxito dos serviços prestados, sobretudo porque conhecem com profundidade a realidade em que vivem as pessoas atendidas e, em constante diálogo

com os servidores da célula de fomento, apresentam demandas, auxiliam na criação de alternativas para a resolução ou mitigação de problemas e, ao final de cada ação ou projeto, pontuam a margem de êxito, ou seja, como os participantes se sentiram, como enxergam os serviços do comitê e quais são as suas expectativas.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que o Comitê de Responsabilidade Social opera de forma apartidária e sem alocação orçamentária específica, conduzindo suas atividades principalmente por meio de parcerias internas e externas - empresas privadas e demais instituições públicas. De maneira estrita, sua função enquanto entidade integrante do Parlamento cearense. é a de articular. Dessa forma, em contínua interação e proximidade com as lideranças comunitárias, o Comitê busca, junto aos parceiros, ferramentas que possibilitem a oferta de soluções e/ou serviços.

Atendo-se a essa realidade, uma das medidas implementadas pelo CRS foi a formalização de acordos de cooperação com os parceiros externos. Tal iniciativa possui uma ambivalência. Por um lado, as empresas privadas ou instituições públicas comprometem-se a uma entrega vinculada, pois os acordos de cooperação possuem cláusulas que preveem serviços, entre outros, além do tempo de duração, passível de renovação.

Noutro giro, os acordos de cooperação técnica foram estipulados de forma a contemplar legislaturas distintas. Geralmente, esses compromissos possuem duração de dois anos, intencionalmente iniciados na metade da legislatura vigente no Parlamento, de modo que a gestão seguinte, caso se modifique, fique vinculada aos termos do acordo vigente, preservando o compromisso e a entrega às comunidades atendidas. É possível afirmar que, com base em tal artifício, concretiza-se a perenidade da política pública, necessária e intransponível para o desenvolvimento social.

Indiscutível a importância de projetos de média a longa duração, em que um maior número de indivíduos possa ser atendido, ao passo que os trabalhos sejam analisados de uma forma mais detalhada. Contudo, tal constatação não invalida a realização de ações pontuais, que promovam o bem estar dos moradores da comunidade, o senso de pertencimento e, ainda, a aproximação com o comitê, de forma que os demais projetos e outras ações possuam aderência e identidade, por força do elo e da confiança que são criados através de ações mais pontuais, caracterizadas pela aproximação entre o público atendido e o Parlamento cearense.

Seja através de projetos de curta/longa duração, ou, ainda, por ações pontuais, toda a entrega realizada em benefício da comunidade do entorno. Foi precedida do trabalho de pré-concepção do CRS, conforme apresentado acima, além do trabalho de campo feito dentro da comunidade. A partir deste último, pôde-se observar a sua estrutura física e social, bem como suas principais demandas, o que será descrito a seguir.

Diante do trabalho de campo realizado, o que pôde ser visualizado de início. Foi a precariedade habitacional. A comunidade conta com três acessos, originados na Rua Barbosa de Freitas e, todos eles, findando no muro que faz a divisa com os trilhos do VLT – Estação Pontes Vieira. Abaixo, segue a descrição do que foi colhido durante a visita:

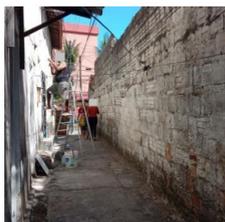
- **Acesso 1:** o primeiro acesso é marcado por um muro que faz a divisa de um estacionamento privado com a comunidade. Ultrapassando o muro, é possível acessar

uma pequena vila que faz parte da comunidade, porém, com esta não se comunica, em virtude da tapagem realizada durante as obras do VLT. A face do muro que se situa na vila não é rebocada, assim como as casas, que, em sua maioria, carecem de reboco e de uma ventilação adequada, possuindo, cada uma, de 2,5m a 3m de altura, aproximadamente. O acesso é estreito, dotado de um piso irregular e inacabado, ao fim do qual situa-se a capela da comunidade, mantida pelos próprios moradores – idosos em sua maioria -, que, atualmente, não tem qualquer atividade religiosa.



Muro e um dos acessos para uma pequena vila que faz parte da comunidade.

Muro do estacionamento (particular), de aproximadamente 9 x 3 metros, ao lado de uma das entradas da comunidade (nº 2933 da r. Barbosa de Freitas), que dá acesso também à capela. Poderia ser um espaço para arte comunitária (grafismos). Apesar de ser propriedade particular (e ter um bom relacionamento com a comunidade) conta com grande visibilidade para a rua.



Muro interno da vila que limita o estacionamento, com entrada pela r. Barbosa de Freitas. Pode ser feita também pintura com



Área interna da vila, com paredes de alvenaria (na sua maioria sem reboco) com aproximadamente 2,5 a 3 m de altura.

- **Acesso 2:** o segundo acesso é marcado por uma rua sem saída para carros, de 60m aproximadamente, contando com acesso apenas para pedestres. A rua se encerra em uma pequena praça onde ocorrem alguns eventos na comunidade. Ao fim da rua, ao seu lado esquerdo, há uma ramificação do acesso, marcado por outras casas, cujas construções são limitadas pelo muro do estacionamento da Alece.



Acesso à rua interna, que é sem saída para carros. No final, há uma pequena praça onde ocorrem alguns eventos na comunidade e existe uma construção com parede cega (voltada para o VLT), onde também pode ser feito um painel colorido.



No acesso à r. Livio Barreto, há uma entrada para pedestres que margeia o muro do VLT.



Neste acesso existem paredes cegas e alguns portões para entrada das casas, onde poderiam ser feitas intervenções com painéis, que ficariam voltadas para o muro do VLT. Há também um espaço que é limitado pelo muro da Assembleia (por trás do edifício garagem do anexo 3), onde poderia ser feita uma horta comunitária ou jardim, diminuindo a aridez da área, onde possui piso intertravado de cimento em toda sua extensão.



Esta área, limitada pelo muro da Assembleia, possui um espaço amplo onde, além de revitalizar este muro com cores e painéis, poderia existir uma horta, ou jardim comunitário ou até mesmo uma pequena praça, sem atrapalhar o acesso de alguns veículos que entram neste local pela r. Vicente Leite (acesso de pedestres ao VLT), margeando o muro dos trilhos.

- **Acesso 3:** o terceiro acesso é marcado pela margem do muro dos trilhos do VLT. Há, neste local, casas e prédios residenciais com até quatro andares, porém, com obras inacabadas. Nesta rua, foram observados pequenos comércios para atender aos próprios moradores. Na continuação da rua, após a curva (ver mapa), o acabamento das casas é melhor, com fachadas rebocadas e pintadas. Nesta área, há um interesse maior com estética e com plantas/vegetação nas calçadas. O piso é totalmente cimentado.



Acesso pela r. Livio Barreto a partir da r. Barbosa de Freitas com muro de aproximadamente 76 m por 3 m de altura que fica exatamente ao lado da Assembleia (edifício garagem do anexo 3). Nesta entrada há um pequeno jardim comunitário e há até possibilidade de se propor uma horta comunitária, aproveitando o canteiro que fica paralelo ao muro. Este acesso é mais amplo, com maior visibilidade em relação à rua e há casas com fachadas de vários tipos de material, desde acabamento com tijolos até casas com cerâmica e muro com grades de ferro.

O trabalho de campo mostrou que a maioria das casas possui uma construção inacabada, com precariedade em suas instalações, baixa luminosidade e ventilação. Convém destacar que os espaços públicos foram prejudicados sobremaneira em razão das obras do VLT, pois acessos importantes foram bloqueados para que a obra pudesse ser implementada. O comércio local, por seu turno, não possui atratividade ao público externo, de forma que as

vendas são direcionadas aos consumidores locais, o que representa a baixa competitividade do empreendedorismo local.

A comunidade possui demandas relacionadas à infraestrutura, o que pode ser verificado através das áreas com a precariedade da pavimentação de alguns pontos de sua extensão. Observa-se que os locais próximos aos trilhos do VLT estão em um bom ou regular estado de conservação, contudo, nas reentrâncias da comunidade, onde estão situadas a maioria das casas de seus moradores, as calçadas e as vias estão sensivelmente degradadas e sem qualquer perspectiva de serem reparadas.

Nesse contexto habitacional, inserem-se famílias formadas, principalmente, por idosos. O perfil do morador da comunidade do Pio XII é o idoso que vive sozinho ou, ainda, com filhos e netos dentro de suas próprias casas, vivendo, em sua maioria, de uma aposentadoria restrita ao salário mínimo, ou de benefícios assistenciais. Além da população idosa, a comunidade é dotada de um notável público infantil. As crianças estudam, em sua maioria, na rede pública de ensino e apresentam problemas de aprendizado, inexistindo suporte familiar para os estudos, visto que os pais estejam fora a trabalho, ou, ainda, não saibam o conteúdo que é abordado na escola.

Incontestável é o fato de que a comunidade possui outros desafios e peculiaridades, porém, diante das questões e problemáticas visualizadas com base na pesquisa de campo realizada, verificou-se que as ações de promoção à cidadania deveriam ser direcionadas de maneira mais ostensiva, de modo a trabalhar na comunidade o sentimento de pertencimento e o bem-estar: Tal conclusão foi obtida com base na análise situacional da comuni-

dade, diante do seu grau de desenvolvimento e, sobretudo, pelo início dos trabalhos do CRS.

As áreas a serem fomentadas encontram respaldo nos anseios das pessoas que compõem a comunidade. Anteriormente ao desenvolvimento de qualquer ação ou projeto, fora realizada uma escuta ativa para que os colaboradores e a gestão do comitê pudessem conhecer e compreender as demandas daquela população, para somente após apresentarem estratégias de solução ou amenização dos problemas propostos.

Destaca-se que abordar a cidadania e o desenvolvimento social em áreas vulneráveis apresenta diversas particularidades. O tempo emerge como uma variável crucial, mesmo diante de parcerias produtivas e esforços contínuos para proporcionar serviços de qualidade à população-alvo. Acompanhar dados e indicadores de progresso torna-se uma tarefa desafiadora, visto que alcançar marcos exitosos é um processo lento e gradual.

Apresentado um panorama geral da realidade vivida na comunidade do entorno, assim como do modelo de trabalho do CRS e a missão institucional da célula de fomento, seguem abaixo algumas ações realizadas no decorrer de 2023, voltadas à promoção à cidadania.

2. RESULTADOS

Considerando as apresentações supracitadas sobre a atuação da célula de fomento à cidadania e ao empreendedorismo de impacto social, bem como as particularidades do contexto social e econômico abordadas, podemos estruturar um referencial teórico

que se fundamenta em conceitos-chave relacionados à responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e estratégias de intervenção comunitária.

Responsabilidade Social:

- A abordagem da Responsabilidade Social, conforme Machado Filho (2020), engloba iniciativas que buscam estimular o desenvolvimento cidadão e motivar a cidadania individual e coletiva.

Desenvolvimento Sustentável:

- A perspectiva do Desenvolvimento Sustentável, como discutido por Barbieri (2020), destaca a interconexão entre questões ambientais, sociais e econômicas, apontando para a necessidade de estratégias sistêmicas que considerem a sustentabilidade em longo prazo.

Atuação em Comunidades Vulneráveis:

- A intervenção em comunidades vulneráveis, conforme Motta (2022), demanda uma abordagem sensível e adaptativa, considerando não apenas indicadores tradicionais de desenvolvimento, mas também as demandas específicas e as peculiaridades de cada contexto.

Parcerias e Coautoria:

- A importância das parcerias e da coautoria, evidenciada por Costa e Sakurai (2021), ressalta a necessidade de colaboração entre diversos atores, internos e externos, para promover a eficácia das ações de responsabilidade social e desenvolvimento comunitário.

Avaliação de Impacto e Indicadores:

- A dificuldade na avaliação de impacto, discutida ao abordar a lentidão e a gradualidade do processo de atingimento de marcos exitosos, está alinhada à compreensão de que indicadores de progresso em contextos sociais complexos podem ser desafiadores, conforme destacado por Silveira (2020).

Este referencial teórico proporciona um embasamento conceitual para a análise e compreensão das estratégias adotadas pela célula de fomento, oferecendo uma base para a reflexão sobre a eficácia e os desafios enfrentados na promoção da cidadania e do desenvolvimento social na comunidade do entorno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

CONCLUSÃO

As considerações finais deste estudo evidenciam a complexidade e a relevância das ações desenvolvidas pela Célula de Fomento à Cidadania e ao Empreendedorismo de Impacto Social na comunidade do entorno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O embasamento teórico fornecido pelos diversos autores permitiu uma análise abrangente das estratégias adotadas, considerando a interconexão entre responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, atuação em comunidades vulneráveis, parcerias, coautoria, avaliação de impacto e indicadores de progresso.

Destaca-se a importância da Responsabilidade Social como um conceito que transcende o âmbito empresarial, alcançando as esferas pública e comunitária. A coautoria entre diversos atores,

tanto internos quanto externos, demonstra uma abordagem colaborativa e integrada, alinhada à necessidade de promover mudanças significativas em comunidades vulneráveis.

O contexto específico da comunidade do Bairro Dionísio Torres, apesar de seu elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ressalta a existência de demandas particulares que não se alinham totalmente à pontuação informada, evidenciando a importância de uma abordagem adaptativa e sensível às especificidades locais.

O desafio na avaliação de impacto, conforme discutido, destaca a necessidade de estratégias que capturem a gradualidade e a complexidade do processo de atingimento de metas exitosas em comunidades em desenvolvimento.

Nesse contexto, as ações da célula de fomento não apenas se configuram como um esforço relevante para mitigar as disparidades sociais, mas também ilustram a importância de uma abordagem sistêmica, participativa e sustentável na promoção da cidadania e do desenvolvimento social.

Este estudo, portanto, oferece não apenas uma análise das ações da célula, mas também uma contribuição para o entendimento de estratégias eficazes de intervenção comunitária, respaldadas por um referencial teórico consolidado. Recomenda-se que futuras pesquisas continuem a explorar e aprofundar essas abordagens, visando aprimorar ainda mais as práticas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável em contextos similares.

REFERÊNCIAS

Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

Barbieri, J. C. (2020). *Desenvolvimento Sustentável das Origens à Agenda 2030*.

Biermann, F. (2007). *Earth system governance' as a crosscutting theme of global change research*. *Global Environmental Change*, 17(3-4), 326-337.

Motta, L. (2022). *Fazer estado, produzir ordem: Gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável*.

Costa, B. M. da, & Sakurai, T. (2021). *A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança*.

Giddens, A. (2009). *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed.

Haas, P. M. (1990). *International institutions for the environment*. *International Organization*, 44(3), 377-408.

Machado Filho, C. P. (2020). *Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações*.

Nações Unidas. (2000). *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. Resolução adotada pela Assembleia Geral, 55/2. Nova Iorque: Nações Unidas.

Nações Unidas. (2015). Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução adotada pela Assembleia Geral, 70/1. Nova Iorque: Nações Unidas.

Nussbaum, M. C. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge University Press.

Passador, C. S. (2002). Responsabilidade social empresarial e cidadania. São Paulo: Atlas.

Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.

Silva, R. S. (2010). Indicadores de sustentabilidade: uma análise crítica. São Paulo: Annablume.

Silveira, P. R. C. (2020). Avaliação de impacto em políticas públicas: desafios e oportunidades. *Revista de Administração Pública*, 54(3), 599-614.

3. OFICINA DESPERTAR: O LEGISLATIVO CEARENSE NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO

Ana Quézia Moraes Sales

Isabel Teixeira de Souza

Orlando Constâncio Gadelha Filho

Selma Machado de Castro

Minuchy Mendes Carneiro Alves

Rejane Oliveira Sales

INTRODUÇÃO

O suicídio é um fenômeno que se presentifica desde os primórdios da humanidade. Ao analisar o contexto histórico da Grécia Antiga, Império Romano e Idade Média, percebemos a expressão de uma visão estigmatizante do suicídio elegendo-o como ato digno de penalidade e, em alguns casos, crime contra o Estado (Rivera, 2015).

A partir da Revolução Francesa, percebe-se um movimento de “não punição” de suicidas, por vezes, levando até mesmo a uma visão heróica da temática. Entre os séculos XVII e XVIII, a marginalização do fenômeno pela aristocracia da época elegeu o suicídio como um ato próprio de classes subalternas (Rivera, 2015).

Atualmente, esse acontecimento tem sido debatido e relacionado com situações de “pânico moral”, essas situações que se relacionam com o fenômeno disseminam-se pelos veículos de comunicação, gerando pânico social e, conseqüentemente, propiciando o desenvolvimento de uma visão estereotipada e perpassada por “tabus”. (Batista, 2018).

Tendo em vista o cenário histórico social com que o fenômeno do suicídio vem sendo debatido desde os primórdios da humanidade, faz-se necessária uma leitura sensível deste, abordando-o de maneira técnico científica com o intuito de promover saúde mental.

A relevância social da pauta é inegável. A urgência de ações, projetos e políticas públicas que fomentem a prevenção do suicídio, sobretudo em crianças e adolescentes, expressa-se em números. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) publicados em 2021, o suicídio ocupa a terceira maior causa de morte de sujeitos entre 15 e 19 anos no mundo. A matéria também discorre sobre a importância da detecção de adoecimento mental na mais tenra idade com o objetivo de evitar que esses indivíduos sofram agravos ainda maiores na idade adulta, uma vez que o índice de não detecção de questões de saúde mental na faixa etária infantojuvenil é muito expressivo.

O relatório *No time to lose - Health Challenges for Adolescents in Latin American And the Caribbean*, publicado no ano de 2022, aponta o suicídio como a causa de 6% das mortes de meninos e 10% das mortes de meninas com idade entre 15 e 19 anos nas regiões da América Latina e do Caribe. O informativo também demonstra que a dificuldade de acesso a serviços de saúde

mental que atuam com a prevenção do adoecimento relacionado ao bullying no ambiente escolar, vivência de abuso sexual, vulnerabilidade socioeconômica e, mais recentemente, consequências ocasionadas pela covid-19 são cruciais para o desenvolvimento de adoecimentos que podem levar à automutilação e suicídio.

O boletim epidemiológico *Mortalidade por suicídios e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, publicado pelo Ministério da Saúde no ano de 2021, relata que no período entre 2010 e 2019 houve o aumento de 81% de mortes ocasionadas por suicídio entre adolescentes. O boletim também afirma que o suicídio é o quarto maior causador de mortes entre adolescentes no Brasil, destacando questões que apontam possíveis justificativas para o comportamento suicida nessa fase da vida, como a prevalência de sentimentos de tristeza, desesperança e baixa autoestima. Exposição a situações de abuso e violência, dificuldade de construir relações sociais, exposição à violência na escola e em outros ambientes assim como ausência de uma rede de suporte familiar também são questões apontadas no boletim como motivadoras para o comportamento suicida.

O último boletim epidemiológico de mortalidade por suicídio e notificação por lesão autoprovocada divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará divulga que no ano de 2021 houve um aumento de 27,6% de suicídios se comparado ao ano de 2010. No ano de 2021, a prevalência de suicídios nas faixas etárias de 20 a 29 anos e 10 a 19 anos representa 28,51% das mortes notificadas no estado do Ceará. Também houve um aumento de 251,6% nos casos de violência autoprovocada entre os anos de 2017 e 2021. No ano de 2021, a faixa etária entre 10 e 19 anos representou 31,1%

das notificações de casos de violência autoprovocada, enquanto a faixa etária entre 20 e 29 anos representou 28,6%. Logo, as duas faixas etárias aqui citadas totalizam 59,7% das 4,937 notificações de violência autoprovocada no estado do Ceará.

Diante dessas informações, a Célula de Saúde Mental e Práticas Sistêmicas Restaurativas (CSMPSR) como componente do Comitê de Responsabilidade Social (CRS) da Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) criou o projeto “Oficina Despertar”, com o objetivo de atuar com foco preventivo sobre a temática do suicídio. O projeto foi iniciado em 2021 por meio da criação de um livro que foi desenvolvido por toda a equipe. Em 2023, a obra foi reeditada e lançada no município de Fortaleza, com os temas autoestima, identificação e comunicação dos sentimentos, biblioterapia, escritaterapia.

Para tanto, o material e dinâmicas utilizadas fizeram uso de estratégias lúdicas, como jogos de mitos e verdades acerca do tema, atividades de desenho, dentre outras estratégias. A criação e aplicação do livro, enquanto material educativo especialmente formulado para esse fim, serve de referência de consulta para alunos, professores, corpo diretor, familiares e sociedade em geral, representando uma forma de contribuição do Poder Legislativo para a prevenção do suicídio no âmbito do estado do Ceará, por meio da execução de atividades dentro do seu escopo de ações atípicas.

Cabe ressaltar que, para que sejam acessados determinados públicos, deve-se fazer uso de uma linguagem adequada e compreensível para cada faixa etária, especialmente ao levar em conta o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), ao apresentar a criança e o adolescente enquanto

sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, que, conseqüentemente, devem ter ações formuladas de forma a atender sua necessidade de desenvolvimento integral. Compreende-se que a exposição de temas complexos para o público juvenil requer uma linguagem lúdica e acessível, por isso, toda a arte gráfica foi pensada e desenvolvida com o intuito de chamar e manter a atenção dos alunos para o conteúdo pertinente ao livro (Alves, 2023).

No que se refere às tecnologias em saúde, a criação de material de leitura como um instrumento facilitador em intervenções educativas entre adolescentes e jovens corrobora com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Senado Federal, 2017), que destaca a necessidade da criação de estratégias em Educação de Saúde (ES) adaptadas para o público adolescente e jovem. Com a intenção de ser mais um instrumento utilizado na prevenção do suicídio, a equipe levou o livro para as escolas e despertou nos alunos o desejo de falar, pensar e atuar os próprios sentimentos, promovendo o desenvolvimento de um repertório de autoconhecimento e autocuidado, além de indicar meios de solicitar atendimento especializado, caso necessário.

A realização do presente trabalho justifica-se pela necessidade do desenvolvimento de esforços da sociedade como um todo para realização da abordagem de um problema complexo como o desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico intensos ou graves. Nesse contexto, urge que práticas de intervenção efetivamente implementadas sejam disseminadas como forma de facilitar o acesso à informação metodológica de atuação existentes e materiais didáticos criados.

1. PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho discorre sobre um relato de experiência elaborado com o intuito de descrever a aplicação do projeto Oficina Despertar, promovido pela Assembleia Legislativa do Ceará, por meio do seu Comitê de Responsabilidade Social (CRS). O relato de experiência (RE) é um modelo metodológico que apresenta uma vivência e, também, possibilita a construção de um saber crítico reflexivo acerca daquilo que é trabalhado (Mussi; Ricardo, 2021). Essa metodologia utiliza um enfoque qualitativo, que prioriza a experiência vivida e os fatos percebidos pelas facilitadoras, as experiências dos indivíduos e suas percepções de aspectos úteis e importantes para o desenvolvimento de pesquisas (Patias e Hohendorff, 2019).

Este trabalho teve como objetivo geral disseminar uma das práticas exitosas realizadas pela Alece por meio da “Oficina Despertar”, que trabalha com a prevenção do suicídio e com a promoção da saúde mental de jovens de 14 a 21 anos por meio de uma perspectiva sistêmica. Este relato de experiência procurou destacar a relevância social do tema e o fomento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), mais especificamente o objetivo número 3, que se refere à saúde e bem-estar.

2. APRESENTANDO O RELATO

A Oficina Despertar teve início no ano de 2021, a ação foi implementada em escolas públicas de nove municípios do estado. Na edição alvo deste relato, as ações aconteceram durante todo o

mês de setembro do ano de 2023, como parte da programação da campanha “Setembro Amarelo - Você não está só”, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Foram sistematizadas com o tempo de 1 hora e 40 minutos de duração, no qual eram discutidos temas associados à promoção de saúde mental e prevenção do adoecimento psíquico.

A oficina foi realizada em 16 turmas de escolas públicas do Município de Fortaleza e Zona Metropolitana e contemplou os bairros Varjota, Aeroporto e Aldeota, além de turmas do Projeto Primeiro Passo, projeto promovido pela Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará (SPS), realizado no âmbito da Alece. Todas as oficinas em escolas aconteceram no turno da manhã, durante o período das aulas, conforme a disponibilidade das instituições que participaram. A participação da oficina foi voluntária, e em caso de negativa, poderiam aguardar a finalização da atividade em outro espaço.

Foram distribuídos cerca de 424 livros para os alunos secundaristas de três escolas de ensino fundamental e médio localizadas nos bairros Varjota, Aldeota e Aeroporto. Também foram distribuídos 154 livros para alunos do Projeto Primeiro Passo. Com relação ao número de participantes, foram contabilizados 578 adolescentes na faixa etária de 14 a 21 anos.

Em todas as turmas, o trabalho com o livro foi iniciado com uma atividade de centramento, que consistiu em um exercício de meditação e da Técnica de Relaxamento profundo de Jacobson (Severino, 2021). As técnicas realizadas nas oficinas têm como objetivo promover a presença ativa dos participantes nas

atividades desenvolvidas, bem como estimular a participação dos sujeitos nas atividades propostas, uma vez que implica uma escuta mais aprofundada, tendo como consequência o reconhecimento do propósito da ação. (Andrade, 2006).

Após o primeiro momento, o grupo foi dividido em equipes que receberam um sentimento presente no livro. Com base nessa informação, os representantes deveriam representar o sentimento por meio de mímicas. Enquanto uma equipe se apresentava, as outras deveriam tentar identificar qual sentimento estava sendo representado. Para verificar qual equipe sinalizou o sentimento distribuído, os alunos tiveram que escrever em folhas de papel o nome do sentimento representado de forma a pontuar na atividade. Os acertos eram contabilizados na lousa para controle de todos os envolvidos na atividade. Ao final, a equipe com maior pontuação foi premiada pelos profissionais.

Após a execução de todas as intervenções, os profissionais das instituições que participaram da oficina receberam um questionário via Google Forms. O referido questionário foi elaborado com o intuito de levantar dados de natureza qualitativa e quantitativa sobre a metodologia da Oficina Despertar e sobre questões relacionadas à saúde mental dos jovens envolvidos no processo.

O livro *Oficina Despertar* teve sua primeira edição publicada no ano de 2021 e a segunda edição lançada no ano de 2023. O intuito da criação desse material educativo foi o de que fosse utilizado para fomentar o diálogo e o reconhecimento sobre as emoções e sobre a autoestima.

A concretização do livro, bem como sua aplicação nas es-

colas e no projeto Primeiro Passo foi toda baseada na visão sistêmica, que tem como pressupostos, o compromisso de enxergar, pensar e agir com o todo, oportunizando equilíbrio, pertencimento e hierarquia - cada sujeito ocupando seu lugar e desenvolvendo seu potencial, na ambiência que lhe for mais favorável (Celestino, 2015). O trabalho foi desenvolvido por uma equipe parceira, comprometida, empática e com boas estratégias de comunicação, que possibilitou a execução do projeto de forma exitosa, gerando a participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo.

Partindo dessa metodologia, conseguimos elaborar a oficina ao promover o diálogo entre o pensamento sistêmico, as colocações de Vygotsky sobre sentimentos e emoções e a técnica de grupos operativos de Pichon Rivière, uma vez que:

A técnica de grupo operativo consiste em um trabalho com grupos, cujo objetivo é promover um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos. Aprender em grupo significa uma leitura crítica da realidade, uma atitude investigadora, uma abertura para as dúvidas e para as novas inquietações. (Bastos, 2010 p.161)

O contato com a interpretação dos colegas sobre determinados sentimentos estimula a reflexão sobre seus próprios sentimentos, assim como a percepção dos sentimentos do grupo. Propicia a criação de um ambiente mais acolhedor, inclusivo e tolerante quanto às questões daqueles presentes, uma vez que a interação entre as pessoas constrói o grupo social pela partilha de significados, valores morais e experiências. Entretanto, esse mo-

vimento só é possível mediante a reciprocidade entre aqueles que participam do grupo, e isso justifica a não obrigatoriedade de se participar da atividade. (Bastos, 2010).

A escolha do ambiente escolar também é estratégica, pois esse ambiente tem importante papel na construção da personalidade dos sujeitos, pois é nesse lugar onde as pessoas primeiramente desenvolvem a percepção de sua relação com o outro fora do contexto familiar. É na escola que novos grupos de práticas sociais se desenvolvem por meio de um espaço plural e isso contribui diretamente para a evolução psíquica da criança e do adolescente (Bastos, 2010).

A concepção de Lev Vygotsky sobre as emoções e os sentimentos elege-os como funções superiores fundamentais que se desenvolvem na interação dos reflexos fisiológicos com a relação com o outro, com o território que se vive, com as exigências sociais do tempo vivido e com a realidade socioeconômica dos sujeitos (Machado, 2011).

Para Vygotsky, a expressão das emoções acontece por meio de signos, que têm sua representação construída a partir da interação social (Machado, 2011). Portanto, trabalhar o conceito de emoções e sentimentos por intermédio da mímica em uma atividade em equipe oferece a possibilidade de enriquecer o repertório socioemocional dos envolvidos no processo, haja vista que, ainda de acordo com esse autor, a interação com uma pessoa de maior conhecimento ou habilidade em uma determinada área contribui para que seja construído um repertório que talvez aquela pessoa ainda não pudesse alcançar sozinho.

Um grande exemplo disso foram as representações teatrais da palavra “amor”. Algumas equipes representaram casais de namorados, outras equipes representaram o amor entre amigos, enquanto outras representaram o amor entre mãe e filho, logo, pode-se entender que, por meio de um signo (a palavra amor), vários novos conteúdos foram abordados e compreendidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as Oficinas, foi possível observar as etapas do grupo operativo: o momento da pré tarefa, caracterizado pela ansiedade e o medo do desconhecido (Bastos, 2010), o qual foi manejado por meio de técnicas de meditação. No momento da tarefa, cada membro do grupo buscou superar a problemática trabalhada, no caso da Oficina, tratou-se da identificação de sentimentos. A abertura de um espaço colaborativo para a realização da tarefa propiciou a visualização do desenvolvimento da flexibilidade, do descentramento e da perspectiva de abertura para o novo (Bastos, 2010).

Logo no início da intervenção, foi solicitado aos alunos que fechassem os olhos e se concentrassem nas instruções do mediador. Optou-se por realizar um momento de meditação seguido da Técnica de Relaxamento Muscular profundo de Jacobson (Severino, 2021), visto que esse procedimento possibilita a diminuição da sensação de estresse, ansiedade e depressão, além de contribuir para a saúde mental das pessoas que participam dessa intervenção (Severino, Rodrigues e Spósito, 2021).

Após finalizar essa atividade, perguntou-se aos alunos quais os sentimentos que eles experienciaram, antes, durante e

após o momento de relaxamento. As respostas foram variadas, porém, alguns pontos se repetiram com certa frequência.

Por último, com relação aos sentimentos após o relaxamento, muitos alunos relataram que se sentiram sonolentos, tranquilos e relaxados. Com relação aos sentimentos antes da intervenção, foi comum a resposta de ansiedade, medo e tensão, considerado pelos profissionais da intervenção como relacionados ao período de realização das provas de vestibular.

Já com relação aos sentimentos que perceberam durante a intervenção, relataram dificuldade para relaxar e participar inteiramente do momento. Outros, por outro lado, afirmaram que se sentiram bem e conseguiram “desacelerar o cérebro”(sic). Diante dos relatos, pode-se concluir que os objetivos pretendidos com essas atividades foram alcançados, visto que foi permitido aos alunos que entrassem em contato com as sensações que estavam vivenciando (tanto positivas, quanto negativas) e dialogassem livremente sobre elas. Após o momento de meditação e relaxamento, os mediadores dividiram os alunos em grupos e passaram as informações a respeito da dinâmica dos sentimentos.

O objetivo principal dessa atividade foi de fazer com que os adolescentes pudessem refletir sobre alguns dos principais sentimentos que as pessoas vivenciam ao longo da vida (felicidade, raiva, tristeza, vergonha, confiança, frustração e amor). É importante salientar que a reflexão sobre os sentimentos auxilia no desenvolvimento das habilidades socioemocionais, que, quando abordadas em espaços de aprendizado, auxiliam no desenvolvimento pleno e saudável de adolescentes e jovens, propiciando a criação de um ambiente capaz de fomentar “(...) um indivíduo mais feliz, responsável, social, que consegue viver com as diferen-

ças, aberto a novas experiências, entre outras habilidades que unidas podem contribuir para uma sociedade muito melhor” (Rocha e Sampaio 2020).

A dinâmica permitiu aos alunos tentar reproduzir e exercitar a capacidade de interpretação de sentimentos e recorrer aos seus pares para que pudessem reproduzir situações que venciam no ambiente escolar e fora dele.

Como citado, a rede de apoio social é um fator importante de proteção em caso de sofrimento psíquico, portanto, expor os alunos a interações que os permitam exercitar a empatia e o reconhecimento de sentimentos pode contribuir para a manutenção da saúde mental. (Rocha e Sampaio 2020)

No momento da distribuição da premiação à equipe vencedora, foi possível verificar que os participantes dividiram com todos os integrantes da turma o prêmio ofertado pelas facilitadoras, independente da equipe vencedora, favorecendo o clima de companheirismo e diálogo aberto.

Após a dinâmica, foi realizado um momento de psicoeducação acerca da importância do reconhecimento dos sentimentos, ressaltando as informações complementares que estavam presentes no livro: e deixando um espaço aberto para dúvidas que surgissem. Esse momento é crucial para o sucesso da ação, uma vez que a promoção de bem-estar por meio de ações de promoção de saúde mental é de suma importância para o desenvolvimento socioemocional saudável de jovens e adolescentes. (Barbosa, Teodoro e Silva, 2023)

Nesse último momento, os alunos se mostraram curiosos para saber mais sobre estratégias para evitar ou contornar a ansiedade; que instituições públicas ofertavam serviços de terapia; quais outras temáticas ligadas à saúde mental poderiam ser trabalhadas com eles no ambiente escolar etc.

Ademais, vale ressaltar que os facilitadores das intervenções foram orientados a ficarem atentos aos alunos que apresentassem qualquer indício de necessidade de acompanhamento individualizado e repassem essas informações aos profissionais da escola para que fossem realizados os devidos encaminhamentos.

Por fim, é possível afirmar que as intervenções realizadas durante a Oficina Despertar tiveram impacto significativo na reflexão dos adolescentes sobre questões ligadas à prevenção do suicídio e de estratégias para promover a saúde mental no ambiente escolar em outros espaços da vida cotidiana.

Após o encerramento de todas as oficinas, para compreender as percepções dos profissionais que participaram, foi criado um questionário via Google Forms com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos sobre questões relacionadas à saúde mental dos alunos e sobre a Oficina Despertar. Esse questionário apresentou duas seções, sendo a primeira destinada a compreender aspectos ligados à saúde mental dos alunos, e a segunda a avaliar aspectos da Oficina Despertar.

Como resultados da seção relacionada à saúde mental dos alunos, foram realizadas cinco perguntas aos profissionais das escolas. Para a pergunta “Com que frequência a temática da saúde mental é abordada pelos profissionais da escola com os alunos?”,

cerca de 50% dos entrevistados afirmaram que frequentemente a temática “saúde mental” é trabalhada com os alunos. Ao encontro dessas respostas, quando perguntados sobre a segunda questão “Com que frequência os alunos procuram você para tratar sobre questões emocionais?”, 50% dos profissionais responderam que com muita frequência os alunos os procuravam para tratar sobre questões emocionais.

De acordo com os resultados apresentados, também foi possível perceber que a escola é um espaço para discussão sobre saúde mental, sendo importante que tais temáticas sejam apresentadas sob diversos prismas para que seja contemplada em sua complexidade. Além disso, percebeu-se que os professores em diversos momentos são abordados pelos alunos para discutir questões emocionais, sendo importante que o docente esteja amparado para a realização de tais intervenções (Squassoni, Lins e Matsukura, 2021).

Quando perguntados sobre os principais comportamentos e reações demonstrados pelos alunos ao tratar sobre questões relacionadas à saúde mental, os entrevistados afirmaram que choro e ansiedade são os mais comuns. Tais reações, segundo os dados obtidos, são frequentemente relacionadas com temáticas ligadas ao campo familiar, sendo congruente pensar que a comunidade escolar não pode ser reduzida ao corpo docente, mas também leva em conta família e sociedade.

Para finalizar a primeira seção, foi questionado aos profissionais qual a importância de trabalhar questões ligadas à saúde mental no contexto escolar. Entre as respostas obtidas, foi afirmado que trabalhar a temática da saúde mental “ajuda na formação dos jovens enquanto seres humanos”, bem como contribui

para a qualidade de vida de uma forma geral.

Cabe ressaltar que esse posicionamento pessoal encontra-se congruente com os preceitos da Base Nacional Comum Curricular, que discute a importância da criação de um projeto de vida que contemple a visão de mundo e o planejamento de futuro.

Para a segunda seção do questionário, foi avaliada a metodologia do encontro e dinâmicas utilizadas na Oficina Despertar.

Com relação ao tempo de duração da oficina, bem como a metodologia utilizada para o público atendido, cerca de 62,5% dos entrevistados concordaram totalmente com a pertinência das atividades propostas pela equipe. Além disso, 62,5% dos profissionais afirmaram que houve procura dos alunos para saber mais sobre saúde mental.

Por fim, quando questionados sobre que outras ações poderiam ser implementadas para que a temática da saúde mental fosse trabalhada no contexto escolar, os profissionais citaram a realização de mais oficinas, promoção de ações de prevenção ao bullying, treinamento da equipe técnica, filmes sobre temáticas de saúde, terapia em grupo, psicoterapia nas escolas, palestras, entre outros. Nesse quesito, foi possível observar que ainda existe a visão da psicologia enquanto uma prática individualista de consultório, necessária ao bem-estar psíquico, e os paradigmas construídos enquanto uma prática de promoção e prevenção.

CONCLUSÃO

Com base nas informações expostas, pode-se concluir que a Oficina Despertar permitiu aos profissionais e alunos refletir

sobre questões ligadas à prevenção do suicídio, bem como outras temáticas ligadas à saúde mental.

Dentre os dados coletados, destaca-se a importância de trabalhar questões ligadas à saúde mental com adolescentes e profissionais da área da educação, visto que o espaço escolar, por suas características intrínsecas, bem como pelo tempo que os alunos passam convivendo, pode ser tanto fonte de saúde mental, quanto de adoecimento das pessoas que o compõe.

No contexto da realização das atividades, podemos observar a importância do lugar do professor ao tratar da saúde mental do corpo discente, sendo ele procurado para conversar sobre tais questões e para realização de atividades sobre a temática. Apesar de reconhecer a relevância desse posicionamento, também ressaltamos a necessidade de que esse profissional tenha acesso a uma capacitação que lhe assegure o amparo necessário para lidar com questões que podem gerar grandes reverberações emocionais e até mesmo sobrecarga profissional.

Ademais, foi possível perceber a necessidade de trabalhar temas correlatos à questão da prevenção do suicídio, como forma de preveni-lo, conforme exemplos citados nos questionários, tais como bullying, maus tratos, violência sexual, como forma de promover uma prevenção mais completa e pertinente às necessidades do local. (Estevão, 2019)

Por fim, vale lembrar que o livro da Oficina Despertar foi formulado pela equipe da CSMPSR. Para os fins do presente artigo, realizamos o recorte temporal do mês de setembro e 2023, muito embora as atividades de prevenção do suicídio não se res-

trinjam a esse recorte. O documento do livro está disponível para download no site do Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará e poderá ser utilizado por outras instituições públicas e privadas com a finalidade de trabalhar tanto questões ligadas à prevenção contra o suicídio, como outras temáticas relacionadas à saúde mental.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. A. A. et al. *Cartilha digital sobre práticas sustentáveis para a promoção da saúde do adolescente*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2215–2226, 31 jul. 2023.

Andrade, M. M. de. (2006). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. (7a ed.). São Paulo: Atlas.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. *A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon*. *Psicol inf.*, São Paulo , v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 nov. 2023.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. *A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon*. *Psicol inf.*, São Paulo , v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 nov. 2023.

Barbosa, M. M. P., Teodoro, E. L., & Silva, D. V. da. (2023). Grupos de psicoeducação para estudantes: um relato de experiência do estágio em psicologia escolar. *Revista Científica e-Locução*, 2(1), e230103.

BATISTA, Cristiano – *O Suicídio na Europa da Época Moderna: perspectivas cruzadas*. In *Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera 2018*. Porto: Faculdade de

Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 376-402.

Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL, Ministério da Saúde. *Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view> Acesso em: 28. nov. 2023.

CEARÁ, Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Ceará. *Mortalidade por suicídio e notificação por lesão autoprovocada*, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://www.saude.ce.gov.br/download/boletins/>> Acesso em: 28. nov. 2023.

CELESTINO, V.; BUCHER-MALUSCHKE, J.. *Um novo olhar para a abordagem Sistêmica na Psicologia*. Congresso Brasileiro de Sistemas, Brasil, out. 2015. Disponível em: <<http://www.issbrasil.usp.br/ocs/index.php/cbs/11cbs/paper/view/112/97>>. Data de acesso: 28 Nov. 2023.

ESTEVIÃO, Rafaela de Oliveira. *Educação em Saúde, Suicídio e seus agravantes na fase infanto-juvenil*. In: ANAIS DO 15º CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE, 2019, Cuiabá. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbmfc-2019/trabalhos/educacao-em-saude-suicidio-e-seus-agravantes-na-fase-infanto-juvenil?lang=pt-br>> Acesso em: 12 dez. 2023.

MACHADO, PIRES BARBOSA, M.; LIS TEODORO, E.; VINICIUS DA SILVA, D. *Grupos de Psicoeducação para estudantes: um relato de experiência do estágio em psicologia escolar*. Revista Científica e-Locução, v. 1, n. 23, p. 19, 16 jun. 2023.

Mussi, R. F. de F., & Ricardo, F. F. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(44), e21448013.

Organização Mundial da Saúde (OMS). (2021). *Suicide worldwide in 2019: global health estimates*. Geneva: World Health Organization. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

PAHOUNC. WASHINGTON DC, *Pan American Health Organization and United Nations Children's Health Challenges for Adolescents in Latin America and the Caribbean*. Washington, 2022.

Pan American Health Organization & United Nations Children's Fund (UNICEF). (2022). *No Time to Lose: Health Challenges for Adolescents in Latin America and the Caribbean*. Washington, D.C.: PAHO, UNICEF.

PATIAS, N. D.; HOHENDORFF, J. V. *Crêterios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa*. Psicologia em Estudo, v. 24, p. e43536, 2019.

RIVERA, Gonzalo H. A. SUICIDIO: CONSIDERACIONES HISTÓRICAS. *Rev. Méd. La Paz*, La Paz, v. 21, n. 2, p. 91-98, 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-89582015000200012&lng=es&nrm=iso>. acessado em 28 nov. 2023.

ROCHA, Myrela De Moraes et al. *A importância do desenvolvimento das competências socioemocionais para a aprendizagem: uma revisão de literatura*. Anais VII CONEDU - Edição Online... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67703>>. Acesso em: 12/12/2023 18:25

SQUASSONI, C. E.; LINS, S. R. A.; MATSUKURA, T. S. *Saúde mental infantojuvenil: avaliação de formação continuada junto a professores de sala de recursos multifuncionais*. Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, [S. l.], v. 9, p. 714–723, 2021. DOI: 10.18554/refacs.v9i0.5654. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/5654>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SEVERINO, D. J. T.; RODRIGUES, B. S. D. S. L.; SPÓSITO, P. Álvaro. *O efeito da técnica de relaxamento muscular profundo de Jacobson na melhoria da saúde mental/ The*

son's deep muscle relaxation technique on improving mental health. Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 26808–26818, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n6-253. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/40418>. Acesso em: 7 dec. 2023.

4. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NO LEGISLATIVO CEARENSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lara Santos Lobo

Tamires Campos Góes da Silva Guimarães

Minuchy Mendes Carneiro Alves

INTRODUÇÃO

A abordagem que envolve Qualidade de Vida no Trabalho tem se tornado cada vez mais vistosa nos estudos que se debruçam sobre tal temática. Sabendo disso, Klein e Pereira (2019) corroboram o destaque de sua relevância da periferia para o centro como uma emergência a ser discutida na contemporaneidade, efetivando-se em alusão à produtividade e ao bem-estar promovido de maneira sustentável dentro das organizações.

Com efeito, pode-se mencionar que existem diferenças significativas entre o percurso sócio-histórico e cultural do que se conhece por Qualidade de Vida no Trabalho, uma vez que inúmeras disciplinas se esforçaram para contemplar os parâmetros da QVT no tocante aos riscos psicossociais e estruturais (Pereira, Et al. 2020). Contudo, essa satisfação ainda encontra-se distante.

Essas disciplinas, que podem ser identificadas como: Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador, tinham em suas propostas atender as necessidades do trabalhador em seu contexto, inclusive, esta última é a mais atual e é munida de componentes que extrapolam as normativas jurídicas, visto que contempla aspectos da dimensão subjetiva da relação do sujeito que trabalha com o seu próprio ofício, ou seja, se pauta também sobre a Psicodinâmica do Trabalho (Pereira, Et.al. 2020).

Ainda sobre esses momentos na história da Qualidade de Vida no Trabalho, vale salientar a transferência da responsabilidade do Ministério do Trabalho para o Ministério da Saúde, algo que foi de suma importância, uma vez que para o entendimento da promoção do serviço prestado no tocante à Saúde do Trabalhador, Segundo Pereira (2020), a ótica do cuidar perpassa pela transversalidade holística, ou seja, haveria amplitude no que se refere a olhar os contextos envolvidos em toda a dimensão do fenômeno da ação de exercer o trabalho.

Mantendo-se dentro dessa linha, os cenários do trabalho e do sujeito que trabalha vieram modificando-se ao longo dos tempos. No Brasil, o começo das preocupações iniciaram-se ainda na inauguração do séc. XX, no contexto da indústria, o que deixou ambientes importantes em segundo plano e não contemplou o caráter matricial que a promoção da qualidade de vida no trabalho se propõe. Uma dessas conjunturas foi a preocupação com a promoção da Qualidade de Vida no Trabalho voltado ao servidor público, uma vez que este é acometido pelo ideal de estabilidade e realiza seu ofício por cerca de, no mínimo, vinte anos. Todo esse tempo de dedicação é atravessado por vínculos, experiência de

vida e de Trabalho (Klein e Pereira, 2019).

Sabendo disso, é possível perguntar como a Qualidade de vida no Trabalho vem sendo inserida como ferramenta de gestão dentro do cenário legislativo cearense? Quais são as suas possibilidades? E os seus percalços?

Este estudo se deu pela abordagem e necessidade de abrangência do delicado trabalho e entrada nesse cenário, até então, pouco discutido e muito mistificado. O presente estudo propõe apresentar o funcionamento da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho do Comitê de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Ceará, mostrando a importância de ir além das boas práticas no ambiente de trabalho, focando em ações efetivas e voltadas à qualidade de vida no Trabalho.

METODOLOGIA

No tocante à abordagem metodológica utilizada nesta produção, priorizou-se o estudo descritivo, do tipo relato de experiência, recolhido da narração do seu contexto e suas características e em formato de relato verbal. Segundo Tunes (1998), o relato verbal permite o estudo de fenômenos subjetivos a que somente o sujeito tem acesso; ele é o representante de parte da consciência do sujeito (Engelmann, 1983). As falas dos servidores que compõem a Célula de Saúde e Segurança do Trabalho, dentre eles, médico, enfermeira, as duas nutricionistas, psicóloga e técnica de segurança do trabalho, foram recolhidas nas próprias reuniões quinzenais da equipe e analisadas com o intuito de aproximar a experiência prática e torná-la tênue e fidedigna ao seu fenômeno vivencial.

Recorreu-se à revisão da produção bibliográfica como referencial para a discussão das terminologias utilizadas, enfatizando que as utilizações de tais pesquisas foram em português, nas plataformas: SCIELO, PEPSIC e Google Acadêmico, que se utilizam de métodos explícitos e sistematizados de busca na literatura científica, com a realização de análise crítica e síntese das informações selecionadas por meio de palavras-chaves e descritores que estão de acordo com a temática da presente pesquisa.

1.HISTÓRIA DA MEDICINA DO TRABALHO

O surgimento da chamada “Medicina do Trabalho” pode ser avistado ainda na Inglaterra, contemporâneo à Revolução Industrial. Strausz (2019) cita que era um período no qual a força de trabalho era hiper valorizada e sustentada pela submissão dos trabalhadores a um ritmo acelerado e desumano de produção. O homem era visto como extensão da máquina (MENDES, 2019).

Entendendo esse contexto, era possível incitar que existiram grandes movimentações para intervenções nesse cenário, visto que o trabalho e seu ato de trabalhar tornava-se cada vez mais inviável e adoecedor para os indivíduos submetidos.

Imediatamente após essa mediação, é válido mencionar o momento em que Robert Dernham, em 1830, inaugura as primeiras preocupações com a Saúde do Trabalhador, ainda que de forma embrionária na sua fábrica têxtil (STRAUSZ, 2019). Neste período, não havia médicos alocados no contexto do trabalho, a não ser quando solicitados por algum motivo específico, ou seja, não havia trabalho médico de promoção de saúde e nem prevenção de doenças no cenário laboral.

Sabendo disso, Mendes (1991) discorre em sua obra a solicitação da visita do Dr. Robert Barker, o médico pessoal da família de Dernham. Este convoca uma ação de intervenção com os operários da sua fábrica, caracterizando o primeiro serviço de Medicina do Trabalho. Essa metodologia foi difundida e adotada por outros países até que atingisse seu pináculo na incorporação à Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919 e Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1950 (Mendes, 1991 apud. Mendes 2019).

Não apenas mencionando o marco da OIT e da OMS, a Medicina do Trabalho rapidamente foi ampliando seu repertório e desenvolveu a Saúde Ocupacional como seu “carro-chefe”, em que se debruçava aos objetivos de manter a saúde e promover o desenvolvimento das capacidades de trabalho, melhorar as condições laborais de modo a serem compatíveis com quem realiza o ato de trabalhar.

2. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

O tema da Qualidade de Vida no Trabalho é apresentado à literatura ainda nos anos de 1950. Segundo Klein, Pereira e Lemos, (2019) a temática é importante pois movimenta a ótica do trabalhador como sendo parte do trabalho para o protagonismo, ou seja, o trabalhador era visto de maneira objetificada, rígida e reducionista e, por inauguração da abordagem da QVT, passa a ser reconhecido como sujeito humano e orgânico, que compõe os espaços organizacionais e o movimenta conforme a sua satisfação com o próprio fazer do trabalho.

Assim que houve a inovação na maneira como se enxerga e, por conseguinte, se relaciona com o trabalhador, instaurou-se a dúvida de quem deveria ser a via para promover a melhor estrutura, ritmo, remuneração, satisfação e qualidade de vida para o até então “fazedor de tarefas”. Segundo Hirschle Gondin (2020,) os fatores que eram mais evidenciados na busca pela melhor maneira de promover QVT dentro das organizações são as demandas relacionadas ao estresse e à satisfação. As primeiras disciplinas a se apropriarem dos estudos foram a Medicina do Trabalho e a Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 1997).

Após vários anos e momentos importantes da estruturação da QVT como disciplina em si, esta foi finalmente visualizada como ferramenta de gestão a partir do momento que a sua promoção resultava na fecundidade produtiva e lucrativa das organizações. Hirschle e Gondin (2020) citam a ferrenha aproximação dos potenciais adoeceadores do risco à saúde psicológica e física das pessoas. Além disso, não só o lucro e a produtividade ficaram evidenciados com a política de promoção de QVT. Houve, inclusive, diminuição significativa das taxas de rotatividade, absenteísmo, atrasos, conflitos interpessoais e outras características potencializadoras e determinantes no ritmo de trabalho.

Sabendo disso, as ações que propõem a Qualidade de Vida foram exitosas ao serem colocadas não só como parte dos cronogramas de ações organizacionais, mas como ferramenta de gestão.

3. CÉLULA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO NO LEGISLATIVO CEARENSE

Atrelando ao pioneirismo brasileiro, o Comitê de Responsabilidade Social (CRS) da Casa Legislativa Cearense surgiu como proposta da gestão do quadriênio 2021-2024 e tem a finalidade de sistematizar, otimizar e gerenciar as ações de responsabilidade social da Casa Legislativa, assim como ampliar a oferta dos serviços básicos e necessários existentes para promover um desenvolvimento socioambiental sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos servidores da Alece e da sociedade cearense (CEARÁ, 2023).

Em consonância com o Pacto Global proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2020 em prol da efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o CRS dispõe de quatro segmentos (células) promotores da saúde e bem-estar dos servidores: Saúde Mental e Práticas Sistêmicas Restaurativas; Fomento à Cidadania e Empreendedorismo de Impacto Social; Saúde e Segurança do Trabalho e Sustentabilidade e Gestão Ambiental. Sabendo disso, a implantação da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho da Alece, ocorrida em 2021, gerou a promoção do cuidado e, com isso, se consolidou para além de atividades conhecidas como “boas práticas”. Atualmente conta com programas estruturados como o “Saúde e Bem-Estar” e a “Ginástica Laboral”, cujo o enfoque é multidisciplinares e interprofissional.

Ainda sobre se posicionar nacionalmente para além das boas práticas, os esforços foram canalizados de modo a refletir como se poderia instaurar o setor que efetivasse a Saúde e Segu-

rança do servidor como ponto central das suas ações.

Em um primeiro momento, houve o marco sobre as atividades do até então Serviço Especializado de Medicina e Segurança do Trabalho (SESMT), datado de 14 de Julho de 2021, ainda no início das atividades do CRS. Contava com a composição da Técnica de Segurança do Trabalho, Médico do Trabalho, Enfermeira do Trabalho e Engenheira do Trabalho. Esse time de profissionais era empenhado em promover boas práticas. Segundo Montoli (2021), entende-se “boas Práticas” como o conjunto de tecnologias que auxiliam na organização do trabalho e otimizam os processos gerenciais a que estes estão submetidos, o que culmina em uma melhor qualidade de vida e, por conseguinte, no aumento da produtividade. Após este momento de ser caracterizado, cresceu e se tornou “Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho”, contudo, logo foi incorporado como Célula do CRS e até então se encontra com essas características.

No tempo presente, a CSST desenvolveu-se e apresenta em sua composição um time mais estruturados de profissionais aos quais pode-se mencionar: Médico do Trabalho, Enfermeira do Trabalho, duas Nutricionistas, Psicóloga do Trabalho, oito Fisioterapeutas Ergonomistas, Técnica de Segurança do Trabalho, Engenheira do Trabalho, Assistente Social e dois membros a postos para auxiliar dando apoio nas atividades. Além disso, conta com Departamento de Pilates e Marketing.

Visualizando o caráter multidisciplinar e interprofissional da célula, esta oferta: Programa Saúde e Bem-Estar (PSEBE), Pilates, Ginástica Laboral, Acompanhamento de Atestados Ocupacionais (ASO’S), ações propulsoras de saúde e prevenção de doenças

que são formuladas através de reuniões dispostas a atender o calendário parlamentar e incluir atividades colaborativas e em prol da Qualidade de Vida do Servidor, juntamente com os seus parceiros.

Ainda sobre a Segurança do Trabalho, esta se organiza com atividades voltadas a:

- Acompanhamento de ASO;
- Cursos em parceria com o Corpo de Bombeiros (primeiros socorros e combate a incêndios) e com os colaboradores em geral (servidores e terceirizados);
- Relatórios de segurança ocupacional;
- POPs (para acidentes e riscos ocupacionais).

Cabe mencionar os resultados de todas as ações da célula, uma vez que estes se apresentam expressivos, conseguindo atingir o percentual de 11.488 pessoas entre servidores, colaboradores e público externo. Para além disso, o PSEBE já conseguiu contemplar cerca de 131 servidores ativos; a Ginástica Laboral contempla em torno de 500 funcionários por semana e o Pilates dispõe de 120 atendimentos semanais.

Salienta-se que todas as ações e condutas da célula são articuladas com as prerrogativas nacionais em Saúde do Trabalhador, a salutar a Portaria Nacional de 1.823 de 2012 que trata da Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério da Saúde (Brasil, 2012), partindo da sua própria equipe e buscando sempre realizar uma gestão coesa e transparente elencada na ética e no bem estar do bem mais precioso de toda e qualquer instituição: o capital humano.

3.1 Programa Saúde e Bem-Estar (PSEBE)

O programa teve início em fevereiro de 2023 e ainda encontra-se em pleno funcionamento. Ele ocorre nas dependências da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho e todos os membros da equipe se reúnem quinzenalmente para discutir o andamento do programa e seus respectivos casos. Foi idealizado pelo Médico do Trabalho, Dr. Joaquim García, e aprimorado conforme a entrada dos demais profissionais: Enfermeira (Maria Luzangela), Nutricionistas (Bruna Barros e Giselle Pacheco) e Psicóloga (Lara Lobo). Com o intuito de atender, avaliar e acompanhar os servidores da Casa, o projeto intenciona visualizar os parâmetros de saúde e bem-estar do servidor e/ou colaborador da Casa Legislativa.

Ademais, na prática, o funcionamento do PSEBE deve ser considerado como descentralizado e transversal, normatizando-se em consonância com as orientações do Serviço Unificado de Saúde (SUS), uma vez que todos os profissionais que o compõem também já integraram a rede SUS e compreendem sua efetividade e eficácia. Com isso, o funcionamento do PSEBE incorporou conceitos como: porta de entrada, encaminhamento, contra referências e longitudinalidade. Atualmente, o PSEBE funciona da maneira descrita nos tópicos a seguir.

3.1.1 Enfermagem Como Porta de Entrada

A Enfermeira da Célula faz divulgação da abertura de vagas do projeto e realiza a busca ativa na Casa, de maneira a selecionar os setores que se interessaram em participar, realizando a

marcação dos membros do setor selecionado. Ela disponibiliza a triagem inicial, seguindo o cronograma de suas atividades:

- Seleção do setor via divulgação;
- Cadastro para consultas;
- Acolhimento;
- Agendamento dos membros do setor;
- Abertura de prontuário;
- Anamnese (sinais vitais);
- Aferição de pressão arterial;
- Aferição de peso;
- Arquivamento e organização do prontuário;
- Estatística (controle e elaboração de prontuário).

3.1.2 Medicina do Trabalho

Ainda sobre o funcionamento da equipe do PSEBE, o Médico do Trabalho, o qual é denominado como tal visto que atende aos requisitos de estar entre todos aqueles que, no exercício de sua capacidade profissional, desempenha tarefas de Saúde e Segurança no Trabalho, promove serviços de Saúde no Trabalho, ou está envolvido no exercício da Saúde no Trabalho (ANAT, 2016) realiza a continuidade do atendimento, proporcionando duas consultas.

Na primeira consulta é realizado o exame físico e solicitação de exames laboratoriais de rotina (check-up) e seus respectivos resultados. Conforme a necessidade do paciente atendido, são desferidas orientações para fechamento e/ou realização de diagnóstico. Em caso de doenças crônicas, ocorre a avaliação da situação atual (diagnóstico situacional e/ ou intervenções). Encaminhamentos e contra referência. Nas palavras de Nogueira (2022), a contra referência pode ser entendida como o acompanhamento do trânsito e da complexidade do tratamento aplicado ao paciente.

Após o recebimento e avaliação dos exames solicitados, o paciente é repassado à avaliação nutricional e em caso de histórico de Transtorno Mentais Comuns, utilização de medicação neuropsiquiátrico, acompanhamento psicológico, neurológico, psiquiátrico, identificação de insatisfação laboral, resistências na efetividade do trabalho, dificuldades em relação aos vínculos laborais, histórico de compulsão e outras moléstias de cunho psicossocial, é feito o encaminhamento para a Psicóloga. Ainda sobre o momento da anamnese, preenchida pelo Médico, é válido ressaltar a existência de questionários confeccionados pelos próprios profissionais da célula e preenchidos de maneira adequada. Esses questionários são integrados ao prontuário de cada paciente.

3.1.3 Nutrição do Trabalho

Embora existam muitas ações de vigilância nas condições ambientais que favoreçam a Segurança no Trabalho, Velasco (2020) cita que o acompanhamento nutricional é um instrumento eficaz para evidenciar a importância da alimentação para a saúde e os comprometimentos que poderão surgir em função de uma

alimentação inadequada. Dentro do PSEBE, a Nutrição tem o objetivo de receber os atendidos encaminhados pela enfermeira, esclarecer sobre alimentação adequada, frisar que trabalhadores com alimentação adequada são menos suscetíveis ao aparecimento de doenças e, conseqüentemente, eles estarão mais dispostos e produzirão mais e melhor.

Levando em consideração que os hábitos alimentares são construídos através de uma rotina e que, na maioria das vezes, o ambiente de trabalho é o local onde os indivíduos passam a maior parte do tempo, então pode-se ponderar que o ambiente de trabalho apresenta uma importante influência na formação dos hábitos alimentares que refletirão diretamente no comportamento alimentar dos trabalhadores, não apenas no ambiente de trabalho (Velasco, 2020).

O nutricionista realiza orientações sobre hábitos alimentares saudáveis, adaptando às necessidades nutricionais de cada um. Objetiva a redução no consumo de produtos industrializados, gordura saturada, açúcar e sódio; além disso, é incentivado o aumento na ingestão adequada de frutas, fibras, verduras e legumes. Ademais, estimula a ingestão hídrica para manutenção do corpo hidratado e saudável. Supervisiona os espaços de alimentação para proporcionar um ambiente seguro e adequado para realizar as refeições.

Ressalta-se que ao perceber comportamentos compulsivos, ansiosos, depressivos, falas que denunciam distorção de autoimagem e outros problemas psicológicos, as Nutricionistas também podem encaminhar diretamente para a Psicóloga do Trabalho e isso será discutido e acompanhado em equipe.

3.1.4 Psicologia do Trabalho

Mediante preenchimento, encaminhamento e identificação das demandas supracitadas, a Psicologia do Trabalho no âmbito da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho realiza os seguintes procedimentos:

- Atendimento pontual e sistematização com as anotações já realizadas pelos demais profissionais de saúde;
- Visualização de demandas advindas do trabalho;
- Identificação de riscos psicossociais (Fatores Estressores);
- Contrarreferência.

Ainda sobre o desenvolvimento do trabalho na célula, a abordagem da psicologia se propõe a promover o tratamento pontual de até cinco atendimentos com os pacientes encaminhados, utilizando-se da proposta da Terapia Breve Focal já preconizada nos espaços de saúde como o hospital, por exemplo. Esta técnica é munida de características específicas, como a limitação na quantidade de atendimentos, se debruça sobre pontos e/ou elementos específicos trazidos pelo sujeito na sua fala como mobilizadores de sua estrutura psicocognitiva e emocional (Oliveira, 2022).

3.2 Ginástica Laboral

As ações em Ginástica Laboral (GL) foram implementadas inicialmente pela Fisioterapeuta e Ergonomista, Dra. Rosilene Aragão. A GL é uma atividade física no ambiente de trabalho vi-

sando à promoção da saúde no ambiente de trabalho nos setores da Alece, segundo Aguiar e Macedo (2020), é realizada no ambiente de trabalho e promove exercícios de curta duração (entre 10 e 15 minutos) com o objetivo de prevenir dores, lesões, a correção de vícios posturais e fadiga muscular. Ela ocorre nos turnos manhã e tarde, de modo organizado e sistematizado para que os quatro anexos da Casa sejam contemplados. As ações práticas em Ginástica Laboral tiveram início no mês de Abril de 2023 e até o presente momento são realizadas pelas seis fisioterapeutas da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho.

3.3 Pilates

O Método Pilates é uma prática que tem a finalidade de incluir exercícios relacionados à respiração diafragmática, com o intuito de promover alongamento e relaxamento muscular, além do seu potencial para oportunizar melhoras que atingem o trabalhador de maneira integral, apresenta-se como uma estratégia na Saúde do Trabalhador (Da Fonseca, 2023). A proposta é desenvolver junto aos servidores uma atividade física especializada, educativa e preventiva. Incluindo a prática de exercícios em grupo, realizados pelo Método Pilates, cujos benefícios são: aumento de resistência física e mental; aumento da flexibilidade; correção de alterações posturais; aumento da concentração; tonificação da musculatura; melhora na coordenação motora; promoção de menor atrito nas articulações; alívio de dores musculares; melhora na respiração; promoção do relaxamento e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Célula de Saúde e Segurança do Trabalho é um dos propósitos estruturais do Comitê de Responsabilidade Social. Ela se destina a promover a saúde, bem-estar, boas práticas e outras ações com o intuito de incorporar tais práticas à cultura Organizacional da Casa Legislativa Cearense. Para além disso, inaugura no cenário nacional propostas que já deveriam ser preconizadas pelas demais assembleias do Brasil. Portanto, contribui e instaura parâmetros para estratégias de gestão que visam à valorização do trabalhador em seu fenômeno do trabalho. Afeiçoa-se com o movimento de atualização que as organizações do setor privado se movimentam para realizar.

Por fim, realça a techedura do trabalho notório em termos de tecnologia de gestão focada na visão do servidor/colaborador enquanto consciente do que produz e cada vez mais satisfeito e identificado com seu próprio ofício, fazendo com que esse movimento seja para além da promoção de saúde e prevenção da doença, é centrado no ato de cuidar como seu de lei.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, LEIDINÉIA SOARES DE. O Efeito da Ginástica Laboral na Saúde do trabalhador e os Benefícios para a Diminuição das DORTS. 2022.

Aguiar, M. G., & Macedo, R. R. (2020). Ginástica laboral: uma ferramenta para a promoção da saúde e prevenção de doenças ocupacionais. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 38(3), 239-245.

ANDRADE, A. R., PONTES, A. L. B., PEREIRA-FERRARI, L., PAGANOTTO, M., PASSONI, C. M. S. *O ambiente de trabalho e suas contribuições para o comportamento alimentar dos trabalhadores*. Caderno de Escola da Saúde - UNIBRASIL. Curitiba, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. *Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora*. Diário Oficial da União, Brasília (DF) , 2012 ago 24; Seção 1:46.

CEARÁ, Assembleia Legislativa. Comitê de Responsabilidade Social. Fortaleza, 2023. Disponível em :<<https://www.al.ce.gov.br/paginas/comite-de-responsabilidade-social>>. Acesso em 09 de Dez de 2023.

Comissão Internacional de Saúde do Trabalho. *Código Internacional de Ética para os Profissionais de Saúde no Trabalho*. Curitiba: Associação Nacional de Medicina do Trabalho; 2016.mDisponível em: <http://www.anamt.org.br/site/upload_arquivos/arquivos_diversos_28420161611117055475.pdf>. Acesso em 11 Dez. 2023.

Da FONSECA, Arthur Henrique Silva et al. *Impacto das atividades físicas e práticas integrativas complementares na saúde do trabalhador*. Revista CPAQV-Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida-CPAQV Journal, v. 15, n. 2, 2023.

DEJOURS, C. O fator humano. Rio de Janeiro: Editora da FGV; 1997.

ENGELMANN, A. *O significado como parte do diálogo*. *Ciência e Cultura*, v.35, p.1452-5, 1983.

FRANCO, A. S.; CASTRO, I., I. R. R.; WOLKOFF, D.

B. *Impacto da promoção sobre consumo de frutas e hortaliças em ambiente de trabalho*. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 29-36, fev. 2013.

Hirschle, A. P., & Gondin, R. A. (2020). Qualidade de Vida no Trabalho: Uma análise crítica da produção científica brasileira entre 2008 e 2018. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 20(3), 822-830.

KLEIN, Leander L.; PEREIRA, Breno AD; LEMOS, Ricardo B. *Qualidade de vida no trabalho: parâmetros e avaliação no serviço público*. RAM. Revista de Administração Mackenzie, v. 20, 2019.

MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. *Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador*. Revista de saúde pública, v. 25, p. 341-349, 1991.

MENDES, René. *Medicina do trabalho para quê e para quem?*. Revista Brasileira de Medicina do Trabalho, v. 17, n. 3, p. 283-284, 2019.

MONTOLI, Carolina Ângelo et al. *Gestão pública, governança e meio ambiente: a influência da agenda 2030 e o desenvolvimento econômico sustentável na formulação das políticas públicas no estado de Minas Gerais*. 2021.

NOGUEIRA, Raquel Saraiva; DA SILVA, Dina Mara Formiga; JORGE, Maria Salete Bessa. *Mapeamento da organização dos fluxos de acesso aos serviços de saúde: Revisão Integrativa*. Research, Society and Development, v. 11, n. 1, p. e16011124574-e16011124574, 2022.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos et al. *Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 45, p. e18, 2020.

OLIVEIRA, Tainá Santos. O que pode uma psico-oncologista no hospital?. 2022.

TUNES, Elizabeth; SIMÃO, Livia Mathias. *Sobre análise do relato verbal*. Psicologia USP, v. 9, p. 303-324, 1998.

VELASCO, Jaqueline Cristina; MOLINA, Viviane Bressane Claus. *Condições de trabalho, saúde e segurança dos colaboradores das unidades de alimentação e nutrição*. Revista Multidisciplinar Da Saúde, v. 2, n. 3, p. 16-31, 2020.

STRAUSZ, Maria Cristina; GUILAM, Maria Cristina Rodrigues;

OLIVEIRA, Simone Santos. *A intervenção em saúde do trabalhador na perspectiva dos atores históricos do campo*. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 44, 2019.

5. DESAFIOS E INOVAÇÕES NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ: PERSPECTIVAS DA CÉLULA DE SUSTENTABILIDADE E GESTÃO AMBIENTAL

*Antônio Gabriel Farias Alves
Carla Morgana Ferreira Nobre
Jéssica Vieira Tavares
João Pedro Freire Alves da Silva
Yuri Passos Santos*

INTRODUÇÃO

A geração de resíduos sólidos possui uma forte relação, em proporção e diversidade, com o aumento da população, do consumo e do processo desordenado de ocupação dos centros urbanos. Esses fatores estão associados ao forte incremento de produção e vendas de produtos, influenciadores na geração de resíduos sólidos (Lemos, 2014).

O crescimento significativo na geração de resíduos sólidos urbanos, evidenciado desde a Revolução Industrial, é resultado da intensificação do uso de recursos naturais pelas indústrias para

atender à crescente demanda e consumo. Essa prática, impulsionada por uma ideologia de consumismo, introduziu a produção em massa e levou ao crescimento desordenado das cidades, com aglomerações próximas às fábricas (Marques, 2005, p. 8). Essa problemática resulta em questões ambientais, incluindo poluição do solo, contaminação da água e do ar, além da perda de biodiversidade, com evidências contundentes da gravidade do problema. Tais práticas também contribuem para emissões significativas de gases de efeito estufa, intensificando a mudança climática global.

1. A GESTÃO DOS RESÍDUOS A NÍVEL NACIONAL

Diante da crescente preocupação com relação à problemática gerada pela má gestão de resíduos sólidos, com foco no Brasil, ressalta-se como instrumento norteador de boas práticas a criação da Lei nº 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), resultado de amplas discussões envolvendo governo, setor privado, organizações não governamentais e sociedade civil. A PNRS estabeleceu distinções cruciais entre resíduos sólidos e rejeitos.

Além disso, outra importante criação pela PNRS foi o art. 13: “Classificação quanto à origem, que diferencia tipos de detritos, como resíduos domésticos, industriais, eletrônicos, de construção civil, de saúde, entre outros” (BRASIL, 2014; RAUBER, 2011).

Um ponto que merece destaque na referida lei é o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o qual é definido como um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores, entre outros, para minimizar

o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos (BRASIL,2010).

Tomando como base a responsabilidade compartilhada, a Política dos Resíduos Sólidos também visa implementar medidas relacionadas à reutilização e reciclagem, incluindo a reintrodução desses materiais como matérias-primas no setor produtivo. Tais medidas são formas de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

A reciclagem tem um papel substancial na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, tendo em vista que promove a economia de recursos naturais e está alinhada com o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland, que diz: “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

A reciclagem ainda é uma realidade incipiente no país e, para viabilizar esse processo, é de suma importância a implantação de projetos de coleta seletiva nos municípios, que consiste na segregação diferenciada dos resíduos de acordo com seus diferentes tipos. A norma ABNT NBR 10.004/04 atua na correta classificação dos resíduos sólidos, sendo os resíduos recicláveis comumente enquadrados dentro da Classe II - Não perigosos.

Conforme o panorama de resíduos sólidos da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (ABRELPE), levantou-se o quantitativo de municípios que têm iniciativas de coleta seletiva, as quais podem ser pontuais, não abrangendo toda a

população, observou-se que 75,1 % dos municípios do país têm iniciativas, e, no Nordeste, 57,7% (ABRELPE, 2022).

A esfera social também está alinhada com a PNRS, destacando outro ponto importante entre os seus princípios: a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

A Lei nº 12.305/2010 também instituiu como um de seus instrumentos a criação de planos de resíduos sólidos a níveis federal, estadual e municipal. Segundo o art. 16 da referida lei, a elaboração de plano estadual de resíduos sólidos é uma condicionante para que os estados tenham acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade no estado do Ceará (BRASIL, 2010).

No âmbito do estado do Ceará, foi criada a Lei nº 16.013/2016, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado. Em seu art. 25, “ficam responsáveis o poder público, o setor empresarial e a coletividade pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância dessa Política e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nessa lei e em seu regulamento” (CEARÁ, 2016).

Continuando a referenciar os avanços legais relacionados à gestão de resíduos sólidos no âmbito estadual, podemos citar o Decreto Estadual nº 32.981/2019, que instituiu a Coleta Seletiva Solidária no âmbito da administração pública estadual. No art.

1 da lei supracitada, foi decretada a separação de resíduos recicláveis pelos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, previamente selecionados nas fontes geradoras, e a sua destinação às associações e/ou cooperativas de materiais recicláveis (CEARÁ, 2019).

1.1 A gestão de resíduos sólidos no Parlamento Cearense

O objeto de estudo deste trabalho será a Assembleia Legislativa do Estado Ceará (Alece). Como integrante do poder público, no âmbito legislativo, esta Instituição é uma grande demandante de recursos públicos, além de ter como atividades finalísticas de extrema importância legislar e fiscalizar. Dessa forma, deve dar o exemplo de boas práticas à sociedade.

A Alece tem se tornado referência na condução de boas práticas para a promoção da devida gestão de resíduos sólidos no estado. O Parlamento tem se mostrado uma instituição vanguardista na execução da boa gestão, indo além de suas obrigações, buscando promover também o desenvolvimento sustentável, como observado na sua missão, contida no planejamento estratégico do Órgão.

Esse reconhecimento é decorrente de um trabalho contínuo desde o ano de 2012, quando já havia uma preocupação em desenvolver atividades que levassem em consideração o aspecto ambiental. Assim, a Alece solicitou adesão ao programa do Ministério do Meio Ambiente denominado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que busca desenvolver de forma

voluntária dentro dos órgãos públicos um sistema de gestão ambiental simplificado. O termo de adesão ao Programa foi assinado em 7 de dezembro de 2012, sendo a primeira assembleia legislativa no Brasil a assinar o termo.

A adesão à Agenda demonstra uma busca em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. O programa fomenta o desenvolvimento de uma nova cultura organizacional baseada nos 5 Rs: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar. A A3P divide as suas ações em 6 eixos temáticos. Este trabalho priorizará o eixo “gestão adequada dos resíduos gerados” como objeto de estudo.

Ressalta-se que, como forma de dar mais visibilidades às boas práticas já executadas no Parlamento, criou-se na atual gestão o Comitê de Responsabilidade Social (CRS), órgão responsável por coordenar as ações da Alece na promoção dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Dessa forma, o Comitê solicitou, em 2021, adesão ao Pacto Global da ONU e vem promovendo suas ações de acordo com a Agenda 2030.

O setor dentro da Alece responsável por nortear as ações de gestão de resíduos sólidos é a Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (CSGA), que integra o CRS. Tem o objetivo de tornar a administração pública mais sustentável, por meio da conscientização para uma cultura antidesperdício e para utilização coerente dos recursos naturais e dos bens públicos. Uma de suas responsabilidades é pôr em execução modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade, promovendo um equilíbrio entre as esferas ambiental, econômica e

social, no âmbito do Poder Legislativo. Tendo como um de seus ODS materiais o 12: “Consumo e produção responsáveis”.

Esse artigo busca relatar como a Assembleia Legislativa do Ceará realiza o gerenciamento de resíduos sólidos e seus desafios, com destaque na coleta e doação de recicláveis com a cooperação de associações de catadores, de modo a impulsionar a economia circular e incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis na administração pública.

A eficiência da coleta seletiva conta com a colaboração dos servidores da Alece e dos visitantes. Desse modo, é fundamental compartilhar conhecimento, estimular a mudança de cultura e propiciar uma mentalidade voltada às práticas sustentáveis. A Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental busca também, por meio de ações, palestras e cursos voltados à educação ambiental, incentivar a mudança de mentalidade e assim contribuir melhor com as práticas de sustentabilidade na Assembleia Legislativa do Ceará.

Este trabalho tem como objetivo analisar e descrever a implementação da gestão de resíduos sólidos na Assembleia Legislativa do Ceará, com ênfase nos desafios enfrentados, inovações introduzidas e perspectivas da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental, visando contribuir para o entendimento e aprimoramento das práticas sustentáveis, no serviço público.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi realizado a partir de uma análise dos dados coletados pela CSGA, abrangendo o período de 2015 até a presen-

te data. Durante essa investigação, foi conduzida uma avaliação do impacto resultante das iniciativas implementadas na atual administração da Casa Legislativa. O intuito foi compreender os efeitos provocados pelas ações recentes, proporcionando uma visão crítica e embasada sobre o desenvolvimento e eficácia das práticas adotadas ao longo desse período.

2.1 A Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) é um órgão público composto por 46 deputados estaduais eleitos. A Alece é responsável por discutir, elaborar e aprovar legislações que impactam diretamente o estado. As suas atividades ocorrem em seus 5 prédios: Sede e Anexos 1, 2, 3 e 4, ressaltando-se que os prédios possuem suas particularidades.

O prédio Sede e Anexo 1 têm suas funções principais: a legislativa e a administrativa. No Anexo 2, realizam-se, de forma majoritária, ações voltadas à promoção da educação. No prédio Anexo 3, são desenvolvidos serviços voltados à saúde e assistência social. Por fim, no Anexo 4, funcionam os serviços de Procuradoria Especial da Mulher, com o objetivo principal de promover a igualdade de gênero, combater a discriminação e buscar a garantia dos direitos das mulheres

De acordo com os variados tipos de serviços prestados e, por consequência, seus diferentes tipos de resíduos gerados, é necessário que haja um trabalho constante na gestão de resíduos de modo a alinhar os processos aos requisitos normativos pertinentes. O setor responsável pelo gerenciamento desses materiais é a Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental, em conjunto com alguns setores da administração. É encarregado de realizar ações voltadas ao nível operacional. Seu corpo técnico é composto por engenheiros ambientais e arquitetos.

2.2 A gestão de resíduos da Alece

A gestão de resíduos refere-se ao conjunto de práticas e processos destinados a controlar a coleta, tratamento, disposição final e monitoramento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos. As principais etapas que estão envolvidas na gestão adequada dos resíduos são: segregação prévia, acondicionamento, transporte interno, armazenamento, tratamento ou destinação final ambientalmente adequada.

A segregação consiste na separação dos resíduos quanto ao seu tipo e característica, de acordo com o estabelecido por atos normativos como: a NBR 10.004/04 referente à classificação dos resíduos e a Resolução CONAMA n° 275/01, que dispõe sobre o descarte, coleta, reutilização, reciclagem e tratamento de pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos. A segregação sempre deverá considerar as características dos resíduos, como, por exemplo, se ele é seco ou úmido, se ele é reciclável ou não, se ele é perigoso ou não.

Os resíduos gerados na Alece, quando classificados como recicláveis, são destinados à sala de resíduos sólidos, que está localizada no subsolo do Anexo 3, onde são realizadas ações de gerenciamento de resíduos. A sala tem como finalidade armazenar os resíduos recicláveis e intermediar a destinação com as associações de catadores e a logística reversa, quando aplicável.

A coleta seletiva é realizada diariamente, seja por meio de chamada telefônica para a Sala de Resíduos ou por solicitação de coleta através do Sistema de Gerenciamento Virtual de Coleta (SGVC), plataforma própria da Instituição, disponível no portal do servidor no site da Alece. Todo o material reciclável é coletado e doado para Associações/Cooperativas de Catadores.

Essas organizações são selecionadas por meio de um Chamamento Público, no qual é assinado um Termo de Cooperação com duração de dois anos. O chamamento estabelece critérios como estrutura da associação, posse de caminhão para realização de coleta e apresentação de documentações regularizadas com a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente e outros órgãos competentes. A coleta de recicláveis é realizada periodicamente, uma vez por semana, e cada associação coleta durante um mês em sistema de rodízio.

2.3 Componentes do sistema de gestão de resíduos da Alece

A gestão de resíduos na Assembleia Legislativa do Ceará é estruturada em uma série de componentes interligados, cada um desempenhando um papel específico e crucial no processo.

A presença estratégica de lixeiras seletivas é fundamental para fomentar a reciclagem, tornando o caminho dos materiais mais curto e proporcionando um impacto positivo no valor agregado para os catadores. Complementando esse aspecto, o Sistema de Gerenciamento Virtual de Coletas, uma ferramenta própria da Alece, facilita a solicitação personalizada de coletas de resíduos, otimizando a logística e fornecendo um controle sobre a quantidade de resíduos recolhidos e estoques.

A integração com a plataforma ResSoa, oriunda do Programa Agenda Ambiental da Administração Pública, fortalece a gestão socioambiental. Essa plataforma permite a autodeclaração e o acompanhamento do progresso na geração de resíduos sólidos, enquanto reconhece e premia boas práticas de redução. Paralelamente, as práticas de educação ambiental contínua têm um papel fundamental no cultivo de uma cultura de responsabilidade socioambiental, treinando e capacitando os colaboradores para hábitos mais sustentáveis.

A logística reversa de pilhas e baterias, um serviço oferecido pela Alece, evidencia o compromisso com o descarte ambientalmente correto desses itens, proporcionando um ponto de entrega voluntário à comunidade. A utilização de planilhas de controle interno se destaca como uma estratégia organizacional, armazenando dados de geração e possibilitando o planejamento estratégico para a melhoria do consumo e da geração. Destaca-se também a Sala de Resíduos Sólidos, central no recebimento e destinação adequada dos recicláveis, além de gerenciar os resíduos sólidos e de saúde.

Resíduos Sólidos (PGRS) e Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) em cada prédio reforçam o comprometimento da Alece com práticas ambientais responsáveis e sustentáveis, consolidando a eficiência e a coesão do sistema de gestão de resíduos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Lixeiras seletivas de materiais recicláveis e não recicláveis

A implantação das lixeiras seletivas, as quais segregam os resíduos recicláveis e não recicláveis foi um marco alcançado em 2022, como forma de segregar adequadamente os resíduos na fonte e colaborar para uma coleta seletiva eficiente. Além disso, há a disposição de cartazes com a descrição de quais resíduos são recicláveis e quais não o são, para orientar os servidores e visitantes da Casa a realizarem o descarte correto. Esse material reciclável é destinado para as associações de catadores de materiais recicláveis.

A escolha dessas associações foi feita a partir do processo de chamamento público, no qual as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis precisavam, de acordo com o art. 8 do Decreto nº 32.981/2019, atender aos seguintes requisitos: estar de maneira formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda; não possuir fins lucrativos; possuir infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; apresentar o sistema de rateio entre os associados e

cooperados; estar regularizada ou em processo de regularização pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA).

Após esse chamamento, é assinado um termo de cooperação e ocorre um sorteio para definir o período de coleta de cada uma das quatro associações habilitadas. As associações consideradas habilitadas foram: Associação dos Recicladores Amigos da Natureza (Aran); Associação dos Catadores do Jangurussu (Ascajan); Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pirambu (Socrelp) e Associação dos Agentes Ambientais Rosa Virginia.

Além da logística de coleta e destinação final desses resíduos é realizado, pela Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (CSGA), o monitoramento contínuo dessa atividade. Teve início em 2015 e possui dados atualizados mensalmente, gerando um relatório anual com o volume total de resíduos coletados e destinados, entre eles papel e papelão, plásticos e metais.

Para os resíduos orgânicos, a segregação era realizada nas copas, onde a borra de café era separada dos demais resíduos e destinada à compostagem. Segundo Valente et al. (2008), a compostagem é um processo de decomposição aeróbia controlada e de estabilização da matéria orgânica em condições que permitem o desenvolvimento de temperaturas termofílicas, resultantes de uma liberação de calor de origem biológica, com obtenção de um produto final estável, sanitizado, rico em compostos húmicos e cuja utilização no solo não oferece riscos ao meio ambiente. Atualmente está em andamento o processo de implantação do pátio de compostagem, com o objetivo de reaproveitar um maior volume de resíduos orgânicos.

3.2. Sistema de gerenciamento virtual de coletas

Outro fator que contribui com a coleta seletiva, seja de resíduos recicláveis ou perigosos, como pilhas e baterias, é a implantação do Sistema de Gerenciamento Virtual de Coleta (SGVC). Esse sistema permite que os funcionários solicitem a coleta de materiais recicláveis de maneira mais eficiente. Por meio do portal do servidor disponível no site da Alece, os funcionários podem solicitar a coleta desses resíduos, fornecendo informações como matrícula, setor e o tipo de material a ser coletado. Esse processo busca otimizar a logística de coleta de materiais. O sistema foi desenvolvido em 2017, porém passou por uma reformulação neste ano de 2023 a fim de inserir a coleta de pilhas e baterias e ampliar a diversidade de resíduos a ser coletado.

3.3. Educação ambiental continuada

Para uma melhor eficiência na gestão dos resíduos da Casa, a conscientização dos servidores e da comunidade legislativa é uma peça-chave desta equação. A promoção de programas educacionais e campanhas de sensibilização é fundamental para garantir a adesão de todos aos princípios da gestão integrada de resíduos sólidos. A compreensão dos impactos ambientais e sociais dos resíduos sólidos e a mudança de comportamento são essenciais para o sucesso da construção de uma mentalidade ambiental no setor público.

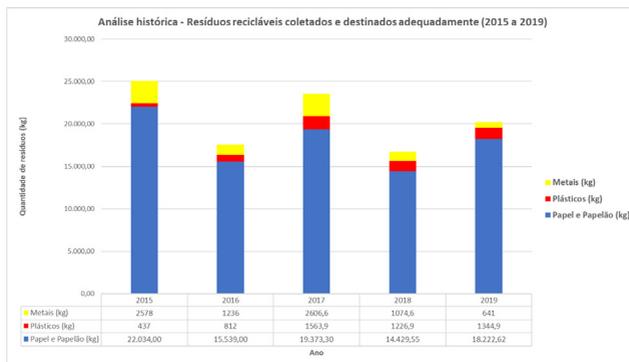
3.4. Logística reversa

Outra segregação que necessita de manejo especial são os resíduos perigosos, como pilhas, baterias e lâmpadas. No prédio sede e nas dependências da Alece, estão dispostos coletores de pilhas e baterias. As lâmpadas são coletadas e armazenadas em caixas e em seguida também destinados ao processo de logística reversa, ou seja, entende-se por logística reversa, conceituada na PNRS como um instrumento de desenvolvimento econômico e social. Esse sistema é caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios que visam à coleta e à devolução dos resíduos sólidos ao setor produtivo para reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente apropriada (BRASIL, 2010). Além disso, os materiais perigosos podem ser inflamáveis, corrosivos, tóxicos, reativos, cancerígenos, entre outros (SIQUEIRA, 2021).

3.5. Resultados sobre a destinação de material reciclável

O levantamento de dados relacionados ao volume de resíduos coletados a partir da coleta seletiva implementada na Alece vem sendo realizado desde 2015. Dessa forma, foi feito um comparativo com o volume de material destinado de 2015 a 2019 (Figura 1), como forma de verificar a evolução histórica de materiais recicláveis destinados.

Figura 1 - Análise histórica dos resíduos recicláveis coletados e destinados adequadamente (2015 a 2019).

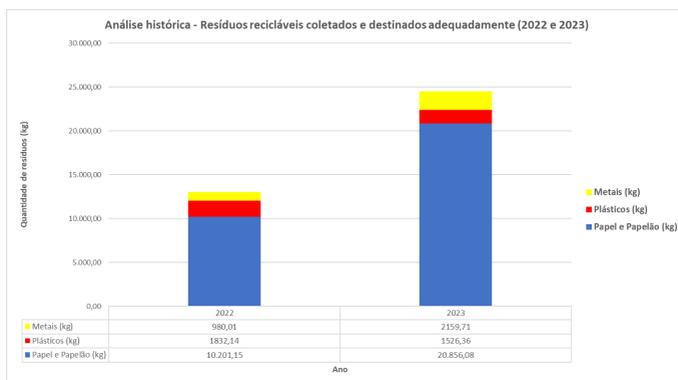


Fonte: autor.

Com os dados levantados a partir do gráfico, observou-se que a massa de resíduos doados não seguiu uma tendência bem definida, no caso, o ano em que a maior quantidade de material reciclável destinado foi em 2015, onde foram coletadas e destinadas aproximadamente 25 toneladas de material reciclável.

A partir do ano de 2021, foram adquiridas as lixeiras coletoras que segregam os resíduos em não recicláveis e recicláveis. Então, foram avaliadas as quantidades de materiais recicláveis nos anos de 2022 e 2023 (Figura 2), como forma de avaliar se a implantação das lixeiras influenciou positivamente na quantidade de materiais recicláveis coletados e destinados.

Figura 2 - Análise histórica dos resíduos recicláveis coletados e destinados adequadamente (2022 e 2023).



Fonte: autor.

A partir do gráfico, observa-se uma tendência de aumento da quantidade de material reciclável coletado e destinado. No caso, no ano de 2023, esse quantitativo foi de aproximadamente 24,5 toneladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se evidente que a gestão de resíduos sólidos em prédios públicos, como a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, é de extrema importância, não apenas no contexto da sustentabilidade ambiental, mas também na promoção do bem-estar da sociedade e no cumprimento de normativas e legislações nacionais e internacionais. O desenvolvimento e aprimoramento dessas práticas de gestão transcende a esfera administrativa, reverberando sua importância tanto no âmbito ambiental como na saúde pública, enquanto estabelece um modelo exemplar e de liderança para a comunidade local e o poder público.

As práticas sustentáveis são desenvolvidas através da atual Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental (CSGA), que foi reestruturada pela Mesa Diretora a partir da Resolução nº 725 de 22 de setembro de 2021, deixando de ser a Célula da Agenda Ambiental na Administração Pública e passando a compor o Comitê de Responsabilidade Social. Essa ampliação de escopo fortaleceu ainda mais sua atuação e permitiu a formação de parcerias institucionais, com o objetivo de avançar em direção a uma gestão parlamentar mais consciente de sua responsabilidade socioambiental.

A adoção do Sistema de Gerenciamento Virtual de Coleta (SGVC) e a coleta seletiva na Alece demonstram um compromisso contínuo com a gestão responsável de resíduos sólidos, contribuindo para a conservação dos recursos naturais, a redução da poluição e a diminuição da demanda por matérias-primas virgens. A conscientização dos servidores e participação dos servidores e da comunidade legislativa (quando positiva, avaliar resultados), fortalecem a mentalidade ambiental dentro do Parlamento Cearense, tornando a Alece como referência no setor público, também de modo a inspirar outras instituições a seguirem o mesmo caminho em direção a um futuro mais limpo, sustentável e consciente.

Por fim, observou-se que a adoção das lixeiras seletivas aliadas a ações de educação ambiental com os servidores vêm demonstrando efetividade, tomando como base o montante de material reciclável coletado. No entanto, a Alece recebe muito público externo no seu âmbito, tornando um desafio a correta segregação dos resíduos recicláveis por parte destes.

Esse trabalho servirá como base bibliográfica para futuros trabalhos que a Célula busca realizar, a fim de aprimorar o conhecimento sobre o tema e realizar pesquisas mais amplas em relação à gestão de resíduos sólidos na Assembleia Legislativa do Ceará.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. PANORMA 2022. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso 24 de Nov. De 2023.

BRASIL. A3P. Disponível em: <<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p.html>>. Acesso 24 de Nov. de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política de resíduos sólidos apresenta resultados em 4 anos. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/politica-de-residuos-solidos-apresenta-resultados-em-4-anos>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF, 02 ago. 2010.

CEARÁ (Estado). Decreto nº 32.981, de 21 de fevereiro de 2019. Institui a Coleta Seletiva Solidária no âmbito da Administração Pública Estadual e dá outras providências. Decreto Nº 32.981. Fortaleza, CE, 21 fev. 2019.

CEARÁ (Estado). Lei nº 16.032, de 29 de junho de 2016. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no âmbito do Estado do Ceará. Política Estadual de Resíduos Sólidos do Ceará. Fortaleza, CE, 29 jun. 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

Lemos, D. (2014). A produção e o consumo na sociedade de risco: Impactos do consumo na produção de resíduos sólidos urbanos. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, 18(3), 637-649.

MARQUES, J.R. *Meio Ambiente Urbano*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2005.

ONU BRASIL. *Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em: 05 dez. 2023.

RAUBER, M. E. *Apontamentos sobre a política nacional de resíduos sólidos, instituída pela lei federal nº 12.305, de 02.08.2010*. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 01–24, 2011. DOI: 10.5902/223611703893. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/3893>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SIQUEIRA, Carol. *Resíduos perigosos: O que são e como lidar da maneira correta*. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proinfra/uma/2021/03/19/residuos-perigosos-o-que-sao-e-como-lidar-da-maneira-correta>>. Acesso 24 de Nov de 2023.

VALENTE, B. S. et al. *Fatores que afetam o desenvolvimento da compostagem de resíduos orgânicos*. *Arquivos de Zootecnia*, [S.L.], v. 58, n. 224, p. 59-85, 17 set. 2008. Cordoba University Press (UCOPress). DOI: 10.21071/az.v58i224.5074. Disponível em: <<https://www.uco.es/ucopress/az/index.php/az/article/view/5074>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

6. O MOVIMENTO DA CULTURA DE PAZ NO LEGISLATIVO CEARENSE

Raisa Lou Fagundes Pontes

Jussara Alves Conceição

Eliana da Silva Moreira

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, diversas maneiras para a resolução de conflitos foram surgindo e se adequando para atender as necessidades da sociedade. Atualmente, no sistema judiciário, são adotados dois modelos para solucionar os litígios das pessoas que se encontram envolvidas em um conflito, quais sejam, por meios judiciais, através da jurisdição, estando presente o Estado como julgador, ou, por via extrajudicial, representada pela autocomposição, com a realização da arbitragem ou de um terceiro particular para mediar e conciliar os litígios. Dessa maneira, é possível afirmar que o Poder Judiciário possui diversas maneiras para auxiliar a população a solucionarem suas questões conflituosas (Dias et al., 2022).

Segundo Reis, Gouveia e Ferreira (2022), a mediação surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1970, por um meio alternativo de resolução de conflitos, denominado no evento Pound Conference, que na ocasião realizou um detalhamen-

to sobre o funcionamento do judiciário norte-americano, sendo apresentados modelos práticos para que a mediação tivesse sua inserção como um meio alternativo no campo processual, de maneira a evitar, principalmente, que essa prática fosse restrita apenas no contexto trabalhista, sendo necessário se expandir, por exemplo, para a área do Direito de Família. Na década de 70, no continente europeu, aconteceu maior ampliação nas políticas de acesso à justiça, chegando à América Latina, por consequência no Brasil. Dentro dessa abordagem, confirma-se a importância e a relevância de cada vez mais se implementar no contexto social as técnicas e processos autocompositivos.

No Brasil, a mediação de conflitos vem se tornando cada vez mais uma realidade irrefutável, surgindo como marco legal e assegurando direitos aos cidadãos. Considerando que, se antes a aplicação da mediação era vista apenas como um meio alternativo, na contemporaneidade vem sendo reconhecida como um meio adequado e efetivo na resolução dos conflitos (Farias, 2017). Diante disso, de maneira histórica, a mediação se faz presente em diversos países do mundo, considerada na atualidade um valioso meio para a resolução de conflitos, de maneira a proporcionar agilidade e satisfação entre as partes (Reis; Gouveia; Ferreira, 2022).

É notório que a justiça no Brasil vem passando por significativas transformações, principalmente no que tange à mediação de conflitos e demais métodos consensuais de resolução de controvérsias. Nesse contexto, se antes o cidadão, para solucionar um conflito, deveria ter acesso à justiça por meio de um juiz, numa batalha longa e judicial, hoje, através da mediação, com o auxílio de um terceiro imparcial, pode-se solucionar uma disputa de for-

ma rápida, eficaz e de maneira consensual, onde os interessados encontram a resolução do conflito por meio da autocomposição, que ocorre mediante a vontade dos envolvidos na tomada de decisão do acordo (BERTO, 2022).

A mediação vem sendo apontada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um método adequado de promoção da cultura de paz, podendo ser realizada em diversos contextos sociais. Sob essa perspectiva, é possível afirmar que esse método de resolução de conflito é eficaz para a resolução de qualquer tipo de controvérsia que contenha um vínculo anterior ou que possam surgir no futuro, sejam essas pessoas físicas ou jurídicas (Neto, 2012).

É possível afirmar que a mediação de conflitos está conquistando força, notoriedade e credibilidade, de modo que, por meio da resolução de conflitos, a sociedade encontra de maneira rápida e eficaz a resolução dos litígios e a pacificação social. No entanto, embora a mediação venha sendo considerada uma conquista e um avanço de método consensual de resolução de conflitos, ainda existem desafios a serem enfrentados e novos espaços a serem conquistados, principalmente porque ainda ocorre a necessidade de desmistificar a judicialização. Contudo, a construção no processo de mediação vem ganhando novas facetas, tornando-se crucial para que não se perca sua importância e repercussão na garantia da pacificação e justiça social (Pastor, 2023).

No tocante à prática restaurativa denominada como círculos de construção de paz, é importante afirmar que o movimento inicial pela justiça restaurativa foi impulsionado pela vontade de modificar o processo legal da época, que não atendia às necessi-

dades geradas a partir do ato delituoso, bem como o desejo de se repensar sobre os papéis das partes envolvidas na ocorrência do crime (Zehr, 2012).

A justiça restaurativa surgiu desde a década de 1970, com variações em seus programas e abordagens em diversas comunidades e países, podendo ser utilizada como forma alternativa ou simultânea ao sistema jurídico. Relata esse autor que a justiça restaurativa foi se constituindo a partir de tradições indígenas e de outros grupos, embasada em várias experiências, práticas e costumes de diversas comunidades e culturas, tais como: as conferências de grupos familiares adaptadas das tradições Maoari da Nova Zelândia, os círculos de sentenciamento das comunidades aborígenes do norte do Canadá, os tribunais de construção de paz dos navajos, a lei consuetudinária africana, ou a prática afegã chamada jirga. (Zehr, 2012).

Alguns autores passaram a sugerir que a justiça restaurativa seria mais do que uma forma alternativa de resolução de conflitos, ou uma abordagem não punitiva para os crimes, representando, na verdade, um outro paradigma, isto é, uma outra forma de pensar a justiça enquanto valor e prática. Assim, a justiça restaurativa também passou a ser entendida como uma forma diferente de ser e estar no mundo, e de abordar as relações humanas, a nível cultural, estrutural, interpessoal e intrapessoal (Gavrielides; Antonopoulou, 2014).

Na busca pelo conceito de justiça restaurativa, encontra-se um leque de variações, que decorre das sucessões de programas e de práticas existentes e por não se tratar de um modelo único, com regras fixas, rígidas e determinadas previamente. Ao contrário dis-

so, a justiça restaurativa é flexível e se amolda conforme a cultura do local a ser desenvolvida e se presta como instrumento para refletir sobre os danos causados, propondo-se a resolver os conflitos decorrentes. Assim, a justiça restaurativa constrói-se a partir do diálogo, seja entre ofensor e vítima, envolvendo um grupo familiar ou a comunidade, num processo inclusivo, acolhendo os sentimentos, as necessidades de todos (vítima, ofensor, comunidade), bem como propõe-se a tratar os danos e as causas (Farias, 2017).

Diante disso, é preciso considerar que o olhar do Poder Legislativo para o fenômeno da problemática dos conflitos como uma questão social faz total diferença na busca da pacificação social, de modo a abrir portas para dar acesso à população que mais precisa da garantia de seus direitos. Portanto, considerando que uma grande parcela da sociedade ainda tem dificuldades no acesso à justiça e à resolução consensual de conflitos, o Parlamento oferece de maneira rápida, segura e gratuita a possibilidade das pessoas encontrarem a resolução das suas controvérsias por meio da cultura de paz, e oportuniza a convivência de maneira mais pacífica em coletivo.

Tendo em vista a importância da mediação de conflitos e das práticas restaurativas para a vida em sociedade, o atual presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o deputado Evandro Leitão, e a primeira-dama, Cristiane Leitão, inauguraram no ano de 2021 o CEMGEC, que é um novo espaço no Parlamento cearense com a proposta de levar à sociedade o acesso aos métodos consensuais de resolução de conflitos.

Dessa maneira, o CEMGEC busca proporcionar para a população um espaço de promoção da cultura de paz por meio da

mediação extrajudicial e dos círculos de construção de paz, com o compromisso de levar para toda a população a responsabilidade social e a promoção da paz em todos os campos sociais, atendendo demandas de conflitos existentes na área de família, imobiliário, condomínio e vizinhança.

Ainda nesse sentido, dado a agenda 2030 da ONU, através dos objetivos de desenvolvimentos sustentáveis, especialmente o objetivo número 16 - paz, justiça e instituições eficazes (Santana, 2023), o Poder Legislativo cearense realizou um trabalho inovador e promissor ao criar um espaço de resolução de conflitos que propõe a cultura de paz.

Por fim, este estudo tem como objetivo descrever as atividades educativas e sociais de ação e prevenção no contexto da mediação de conflitos e dos círculos de construção de paz do Poder Legislativo cearense, por meio do CEMGEC, bem como exibir os seus principais indicadores de resultado e a constatação da importância dessas ações em defesa da pacificação social e do fortalecimento da cidadania.

1. METODOLOGIA

O estudo consiste em um Relato de Experiência desenvolvido durante as atividades laborais do Centro de Mediação e Gestão de Conflitos (CEMGEC) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com enfoque nas ações educativas, preventivas, serviços de mediação, círculos de construção de paz e assessoria jurídica. A sugestão de roteiro utilizada neste Relato de Experiência (RE) foi de acordo com os pressupostos utilizados na revista *Práxis Educacional*, vol. 17 (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

O artigo possui abordagem metodológica qualitativa, com o fim de analisar as experiências vivenciadas pelo CEMGEC desde a sua inauguração, que ocorreu em julho de 2021, na gestão do presidente da Casa Legislativa, deputado Evandro Leitão, e está localizado na Avenida Pontes Vieira, número 2348, sala 305, 3º andar, anexo III, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). A instituição possui infraestrutura apropriada, fluxo de serviço bem definido e equipe de profissionais experientes. A implantação institucional do órgão ocorreu em abril de 2022, por intermédio do projeto de resolução nº 03/2022, cujo teor alterou a resolução nº 698/2018, que trata da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Ceará.

Diante dessa perspectiva, o arcabouço teórico foi desenvolvido em consonância com os princípios doutrinários e com a análise do percurso profissional e percepção dos serviços oferecidos pelo Centro de Mediação e Gestão de Conflitos. Tendo isso em vista, o Relato de Experiência se torna relevante diante da importância da conscientização da promoção da cultura de paz através dos serviços de mediação e das demais práticas restaurativas.

2. ANÁLISE ARGUMENTATIVA

2.1. Debate Histórico

No escopo deste relato de experiência, observa-se que o CEMGEC é um órgão que tem como objetivo promover a solução consensual de conflitos, com o fim de incentivar e fortalecer a cultura de paz, por meio do emprego da mediação e dos círcu-

los de construção de paz, nas temáticas de família, vizinhança, condomínio e imobiliário. O trabalho é desenvolvido através da oferta de serviços e ações que incentivam a resolução de conflitos de maneira pacífica, assim como fomenta a educação e a prevenção de conflitos à comunidade, fortalecendo, portanto, a inclusão social e a autonomia do cidadão.

Diante dos serviços ofertados pelo CEMGEC, é importante ressaltar que a mediação e os círculos de construção de paz são as práticas colaborativas e restaurativas utilizadas para cumprir os objetivos elencados neste artigo.

Dessa maneira, cumpre relatar que a mediação é um processo destinado a captar o diálogo, os insights, a imaginação e as ideias dos participantes, e ajudá-los a participar na identificação e formulação dos resultados por eles próprios preferidos (Stulberg, 1997).

A mediação, como solução extrajudicial de conflitos, é ofertada de forma voluntária e realizada por um mediador, que deve ser um terceiro imparcial. Os interessados devem aceitar participar desse processo e o mediador deve manter o compromisso de aproximá-los por meio do diálogo, oferecendo a possibilidade de solucionarem seus conflitos e a construírem oportunidades que sejam viáveis para ambos. Dessa maneira, é possível afirmar que a mediação possui poder decisório entre os mediandos, os quais são chamados a repensar suas posições, sendo instigados a expressar suas opiniões, críticas, ideias e pensamentos, na busca de uma melhor solução para o conflito, de forma que a solução seja positiva e pacífica (Reis; Gouveia; Ferreira, 2022).

Por outro lado, o círculo de construção de paz é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças (Pranis, 2011).

Conceituados os propulsores dos serviços ofertados pelo CEMGEC, é relevante abordar que essas duas maneiras de solucionar conflitos são de suma importância para o contexto mundial, visto que com o crescimento exponencial da violência nos últimos tempos, também cresceram consideravelmente os debates e as barreiras de comunicação entre as pessoas, que têm sido vistos como impedimento de diálogo que afetam a fluidez das trocas comunicacionais.

Nessa esteira, os debates se tornam instrumentos para o desenvolvimento de competências que buscam uma nova maneira de olhar para os conflitos, sob a égide de alternativas que fortaleçam a cultura de paz. Sob essa nova perspectiva, é que surgem novas formas de perceber e trabalhar os conflitos, por meio da participação da sociedade na construção de um novo contexto social adequado para prevenção e resolução de controvérsias.

Percebe-se, assim, que a mediação e os círculos de construção de paz são ferramentas que têm sido desenvolvidas mundialmente. No Brasil, os movimentos voltados à mediação se estabeleceram no início da década de 1990, mediante o trabalho entre juízes, advogados, psicólogos, tabeliães, professores e outros profissionais, os quais buscaram ampliar as possibilidades de transformação social (Neto et al., 2023).

Em 1994, foi fundado o Instituto de Mediação (IM), por Ângelo Volpi Neto, Juan Carlos Vezzulla e Áureo Simões. Com o passar do tempo, passou a ser denominado Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil (IMAB), e foi desenvolvendo, cada vez mais, trabalhos em prol da mediação, como, por exemplo, cursos, estágios supervisionados, seminários, artigos científicos e parcerias com entidades da administração pública, inclusive com o Poder Judiciário, especialmente no estado de Santa Catarina, a fim de apresentar a importância internacional da mediação e os seus enormes benefícios (Neto et al., 2023).

Como consequência desse trabalho, outros estados demonstraram interesse em capacitações, como São Paulo, Belo Horizonte, Cuiabá, entre outros. Dessa maneira, o crescimento da temática foi crescendo no Brasil, o que ocasionou a constituição do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA), com importantes nomes à frente, como Adolfo Braga Neto, Petrônio Muniz, Regina Michelin, Ângelo Volpi Neto, Juan Carlos Vezzulla, entre outros.

A partir disso, os trabalhos continuaram a ganhar força e foram se desenvolvendo através de diversos profissionais que prepararam o terreno para que fosse possível plantar sementes, a fim de fazer nascer plantas e árvores que possam oferecer frutos e resultados para as pessoas (Neto et al., 2023).

Embora a mediação tenha surgido de forma voluntária, rapidamente sua fundamentação de solução através do diálogo começou alcançar os conflitos considerados de maior complexidade, o que abriu um campo vasto para a realização da mediação extrajudicial, tornando-se, portanto, essencial para a sociedade a

oportunidade de uma maior rapidez nas resoluções de conflitos (Confessor, 2020).

No Ceará, os trabalhos com a mediação iniciaram também na década de 1990, aprimorando-se um pouco mais à frente com Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, atual Secretária dos Direitos Humanos do Ceará e, à época, Ouvidora-Geral de Justiça do Estado do Ceará, e outros profissionais interessados, como Vanja Fontenele Pontes, atual Desembargadora do estado do Ceará, juntamente com psicólogos, advogados, entre outros, com intuito de criar outros mecanismos para solucionar conflitos, especialmente nas comunidades periféricas da cidade de Fortaleza. Com esse espírito voltado à cultura de paz, foi implantada, em 1998, a 1ª Casa de Mediação Comunitária do Brasil do Ministério Público do Ceará, no bairro do Pirambu, em Fortaleza/Ceará.

Esse trabalho continuou a ser desenvolvido e foi ganhando cada vez mais espaço através do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a Resolução nº 125/2010, e também com a promulgação da Lei nº 13.140, em 26 de junho de 2015, cujo teor dispõe sobre a mediação extrajudicial e judicial, bem como traz diretrizes e disposições relevantes acerca do procedimento, conforme anteriormente citado na introdução deste artigo.

Quanto aos círculos de construção de paz, metodologia da justiça restaurativa, que é utilizada pelo CEMGEC na prestação dos seus serviços, é importante mencionar que, no Brasil, o movimento da justiça restaurativa iniciou-se em 1999, por meio dos estudos pelo professor Pedro Scuro Neto, no Rio Grande do Sul. Após alguns anos, em 2003, foi criada a Secretaria da Reforma do Judiciário e, logo mais, o referido órgão do Ministério da Justiça

firmou acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo objetivo era ampliar o acesso à justiça e reduzir o tempo de tramitação dos processos (Orsini, 2012).

Conforme dados do Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa, realizados pelo CNJ, em 2019, esse movimento ganhou abrangência no ano de 2005, com três projetos-piloto implantados no estado de São Paulo, no estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, a partir de uma parceria entre os Poderes Judiciários dessas localidades e a então Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Durante esses mais de treze anos de história, a justiça restaurativa espalhou-se e enraizou-se em todo o país, com experiências bem sucedidas em vários estados da Federação, cada um observando e respeitando, para este processo de implementação, os potenciais e desafios locais, bem como os contextos institucionais e comunitários próprios.

No que tange às diversas práticas restaurativas, afirma-se que, com relação aos círculos de construção de paz, o seu marco se deu no ano de 2010, a partir da viagem de Kay Pranis ao Brasil, organizada pelo “Projeto Justiça 21” e patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Educação (UNESCO), a qual realizou cursos de formação de facilitadores em processos circulares em diversas cidades, como São Luís do Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro e outras (Brancher, 2014).

Kay Pranis é escritora e professora, assim como é pesquisadora norte-americana, que implementou projetos envolvendo a aplicação de processos circulares no Departamento Correção

nal de Minnesota, Estados Unidos da América. A partir dos seus estudos e experiências, ela formulou a técnica dos “círculos de construção de paz” (Andrade; Da Silva, 2020).

Dessa maneira, há praticamente treze anos existe no Brasil uma história de implementação da metodologia de Kay Pranis no sistema de justiça, a qual foi se espalhando por diversos tribunais e instituições pelo país inteiro. Os Ministérios Públicos Estaduais foram se inserindo nos movimentos das práticas circulares desde então, mas é importante ter em mente que sua missão constitucional é mais ampla e abarca muitas tarefas vinculadas ao fortalecimento da democracia e ao fomento da justiça social (Andrade; Da Silva, 2020).

A justiça restaurativa possui como marco legal no Brasil a Resolução nº 2002/2012, da Organização das Nações Unidas (ONU), e a Resolução nº 225/2016, do CNJ, as quais trazem definições sobre justiça restaurativa, processo restaurativo, entre outros conceitos, critérios e atribuições pertinentes ao sistema de justiça.

Isso posto, é possível observar a relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido no Parlamento cearense desde a inauguração do CEMGEC, pois a oferta dos serviços de mediação e das práticas restaurativas têm se revelado como grandes propulsores para o protagonismo da sociedade em seus conflitos. Esses serviços são utilizados para atendimento de casos conflituosos da população cearense, mas também são ofertados por meio de ações educativas e preventivas com o objetivo de possibilitar o acesso à justiça e à inclusão social.

2.2. Atendimento CEMGEC

Para o atendimento dos casos, o CEMGEC possui um fluxo interno, que funciona da seguinte maneira: atendimento de triagem; pré-mediação; assessoria jurídica; sessão de mediação e círculos de construção de paz. Para utilização dos serviços, a pessoa interessada busca o atendimento com os documentos necessários e, posteriormente, o caso segue o fluxo interno, de acordo com as peculiaridades concernentes às necessidades e aos interesses dos envolvidos.

O atendimento de triagem é o acolhimento inicial realizado pelo órgão, se conceituando como um serviço voltado para o recebimento dos casos direcionados às áreas de atuação do CEMGEC. O atendente recebe a demanda do interessado, coletando os dados e as informações necessárias para a abertura do caso, como nome completo, endereço, telefone, e-mail, documentos e identificações pessoais, relatos da situação e assinatura.

Importante destacar que esse atendimento é oferecido de forma presencial, com a possibilidade do interessado realizar previamente o agendamento através da página do órgão no site da Alece, qual seja: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/centro-de-mediacao-e-gestao-de-conflitos/formularios/agendar-triagem-para-sessao-de-mediacao>. Após a realização do atendimento do interessado, o atendente realiza a marcação da sessão de pré-mediação, dando prosseguimento ao fluxo de trabalho.

A sessão de pré-mediação é um momento preparatório para o interessado e o convidado, no qual o pré-mediador explica o procedimento da mediação, seus objetivos, princípios, limites

e regras, esclarecendo que a participação é voluntária. Ademais, o pré-mediador também faz a escuta dos envolvidos no conflito, com o intuito de analisar a adequação do caso ao procedimento da mediação, ofertando o serviço de assessoria jurídica para que, assim, tanto interessado quanto convidado possam se sentir mais seguros acerca dos seus direitos.

A fim de possibilitar o acesso a todos, a sessão de pré-mediação pode ocorrer presencialmente, telepresencialmente, por telefone ou e-mail, ficando a cargo do pré-mediador a melhor forma de comunicação com os envolvidos. Esse contato com interessado e convidado deve respeitar as perspectivas pessoais, bem como os esclarecimentos indispensáveis do procedimento e do funcionamento adotado no CEMGEC.

A mediação, desde o primeiro momento da preparação, da pré-mediação, bem como ao longo de todo o processo, promove o resgate do respeito das individualidades de todos, sempre a partir de seus limites e perspectivas pessoais individuais, tendo como pressuposto o respectivo empoderamento mútuo também (Neto et al., 2020).

Conscientizados acerca do procedimento da mediação e do seu funcionamento, os envolvidos podem optar ou não pela continuação do caso, considerando que a participação é voluntária, assim como podem optar por participar da assessoria jurídica antes de sessão de mediação. Caso o interessado deseje participar da mediação, o pré-mediador faz o agendamento da sessão e preenche o termo de ciência, a fim de que o interessado já tenha conhecimento do dia, horário, local e demais informações necessárias para a sessão de mediação. Se o interessado desejar partici-

par da assessoria jurídica antes da sessão de mediação, o pré-mediador agenda o atendimento com os advogados do setor, dando o devido comprovante de agendamento.

A assessoria jurídica é a oportunidade em que os participantes têm de tirar dúvidas acerca do tema em conflito, utilizando-se os advogados de uma assessoria colaborativa e integrada com o procedimento da mediação, o que permite o acesso à informação e respeita o princípio da autonomia da vontade dos participantes. Após a avaliação jurídica, os participantes formulam se desejam continuar ou não com o caso para sessão de mediação e, em caso positivo, a demanda segue o fluxo.

Nos últimos anos, a mediação vem ganhando destaque como um meio alternativo de resolução de conflitos, tendo como seus princípios básicos a imparcialidade, neutralidade, competência, independência, empoderamento, confidencialidade, entre outros (Cabral, 2017).

Dessa maneira, chegando a demanda para a sessão de mediação, a mediadora e a comediadora adotam as condutas necessárias, a fim de acolher e se conectar com os mediados, ora, participantes, assim como também fazem o uso das técnicas relativas ao modelo de mediação adotado pelo CEMGEC, que é a mediação transformativa.

É cediço que existem diversos modelos de mediação, os quais se denominam em mediação facilitativa, avaliativa, circular-narrativa ou transformativa. Esses modelos de mediação podem se complementar, e o mediador pode utilizar técnicas de uma e de outra, a depender do conflito. Isso porque cada mediador possui a

sua postura diante da controvérsia, e algumas vezes ele será obrigado a adotar técnicas diferentes para conduzir os mediandos.

A mediação transformativa foi apresentada em 1994 por Roberta A. Baruch e Joseph Folger, e tem como palavras-chaves o empoderamento (capacitação) e o reconhecimento (empatia). É aquela que capacita os mediandos, dando-lhe oportunidades para identificar as formas de ser em protagonistas das suas decisões, mediante o diálogo construtivo desenvolvido na mediação (Briquet, 2016).

A abordagem transformativa tira o problema do controle do mediador e coloca nos próprios oponentes a responsabilidade por todo e qualquer desfecho no processo (Bush, 1989).

Por fim, após a sessão de mediação, a qual pode ser remarcada até duas vezes para melhor compreensão do problema em conflito e construção do diálogo colaborativo entre os mediandos, sendo finalizada com acordo ou não, eles ainda podem escolher se desejam aprofundar a temática do conflito nos círculos de construção de paz, que são desenvolvidos mediante agendamento para os casos recebidos pelo CEMGEC.

Os círculos de construção de paz são encontros circulares, que permite a participação de qualquer pessoa envolvida no conflito, direta ou indiretamente, com a finalidade de promover o diálogo e a escuta dos participantes.

De modo a conceituar, os círculos de construção de paz derivam diretamente dos círculos de diálogos utilizados pelos povos nativos da América do Norte, por meio dos quais se fazia o uso das reuniões em rodas para discutir assuntos importantes

para o grupo. Apesar de, há décadas, essa prática das trocas em círculos ser utilizada entre membros da sociedade contemporânea em geral (mormente, em grupos de apoios entre mulheres), seu uso na justiça criminal remonta ao início da década de 1990, em Yukon, no Canadá (Pranis, 2010).

Surgindo interesse dos mediandos em participar dos círculos de construção de paz, após a sessão de mediação, é efetivado o convite dentro das formalidades necessárias do CEMGEC e, a partir daquele momento, construído pelas facilitadoras um encontro circular de acordo com o tema em conflito. Esse encontro circular é o momento em que os participantes, com a ajuda das facilitadoras, poderão aprofundar o tema em conflito, a fim de aprimorar o diálogo e a escuta de todos os envolvidos, dando a esses a oportunidade de se perceberem e perceberem o outro de uma forma nova, sensível e eficaz.

Importante frisar que os círculos têm suas características próprias, nos quais as facilitadoras utilizam dos seguintes elementos para planejar e criar o espaço de acolhimento: sentar todos os participantes em círculo, cerimônia de abertura, peça central, valores/diretrizes, objeto da palavra/bastão da fala, perguntas norteadoras e cerimônia de encerramento (Pranis, 2011).

Assim, de forma explicativa, a prática restaurativa consiste na técnica de autocomposição de conflitos própria da justiça restaurativa, ou seja, a metodologia que permite aos próprios envolvidos no conflito a pactuação de uma forma de administrá-lo, que busca a responsabilização do autor segundo disciplina restaurativa, atenção às necessidades legítimas, participação protagônica da comunidade e reparação de danos (Pedrosa; Neto; Farias, 2020).

Como primeiro lembrete, é preciso frisar que os processos circulares não se resumem às práticas restaurativas, embora possam ser utilizados para abordar situações de conflito (Brancher, 2011). As práticas restaurativas e os círculos possuem o que Leoberto Brancher chama de “conexão estratégica”, mas esses também podem ser usados, por exemplo, para organizar diálogos, traçar estratégias de intervenção e integrar equipes, celebrar conquistas, acolher novas pessoas em um grupo, dialogar sobre temas em sala de aula, organizar reflexões coletivas, entre outros. Não há necessidade de existir um conflito para se realizar um círculo, de modo que o “círculo restaurativo” é apenas uma das várias espécies do gênero “processos circulares” ou “círculos de construção de paz” (Andrade; Da Silva, 2020).

Acerca da aplicabilidade das práticas restaurativas, existem diversas metodologias distintas, quais sejam, a mediação restaurativa, as conferências de grupo familiar, os círculos de comunicação não violenta. A metodologia utilizada pelo CEMGEC é a dos círculos de construção de paz, nas modalidades específicas de círculo restaurativo e círculo de diálogo.

Os círculos podem ser combinados com outros processos, mas possuem características únicas e se distinguem dos demais processos, como, por exemplo: o objeto da fala regulamenta o diálogo; discussão explícita de valores antes de discutir os problemas; diretrizes são criadas pelo grupo; não entrar direto no assunto; o facilitador também é participante e cerimônias de abertura e fechamento (Pranis, 2011).

Por fim, é relevante dizer que, para que o círculo de paz ocorra, antes de tudo, é necessário que todos concordem, pois

todo o encontro circular é regido pela voluntariedade. É preciso também que os participantes compreendam valores como o respeito e a convivência fraterna, além dos sentimentos de verdade, perdão, confiança, compaixão, entre outros (Ramos; Almeida; Almeida, 2017).

Destarte, ainda nesse sentido, deve-se observar que os círculos de construção de paz possuem princípios do proceder restaurativo, os quais devem ser respeitados, inclusive para o entendimento dos participantes do encontro circular. Esses princípios são voluntariedade, confidencialidade, horizontalidade, consensualidade e imparcialidade, e devem ser levados em consideração para um bom desempenho e aplicação da metodologia (Da Costa, 2023).

2.3. Indicadores CEMGEC

Para tanto, o CEMGEC possui quatro indicadores, gerenciados pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (Codins) da Alece, os quais servem como base para o trabalho desenvolvido e os serviços ofertados à população. Esses indicadores são os seguintes: índice de resolutividade de mediação, índice de ações educativas realizadas, índice de ações preventivas realizadas e índice de pessoas alcançadas, os quais serão explicados abaixo.

O índice de resolutividade de mediação serve como balizador dos acordos alcançados nas sessões de mediação, devendo a meta de 50% (cinquenta por cento) ser alcançada por bimestre. Os índices de ações educativas e preventivas realizadas são para

somar a quantidade de ações realizadas por ano pelo CEMGEC, sendo a meta anual de 10 (dez) ações educativas e 10 (dez) ações preventivas. O índice de pessoas alcançadas é aquele que delimita a quantidade de pessoas que devem ser alcançadas pelos serviços, cuja meta é de 2.000 (duas mil) pessoas por ano.

No ano de 2023, todos os índices foram superados, ou seja, ficaram acima da meta estabelecida, demonstrando que o Poder Legislativo faz a diferença na vida da sociedade com os seus diversos serviços, incluindo e dando acesso social a todos os cidadãos. A fim de demonstrar, segue o quadro abaixo:

Quadro 1 – Indicadores CEMGEC: resultados 2023

NOME DO INDICADOR	PERIODICIDADE	META	RESULTADOS 2023
Índice de resolutividade de mediação	Bimestral	50%	72%
Índice de ações educativas realizadas	Anual	10 ações	37 ações
Índice de ações preventivas realizadas	Anual	10 ações	18 ações
Índice de pessoas alcançadas	Anual	2.000 pessoas	4.058

Fonte: Centro de Mediação e Gestão de Conflitos (2023).

Diante disso, nota-se que o trabalho do CEMGEC no Poder Legislativo cearense tem sido de grande importância para alavancar o movimento da cultura de paz no Ceará, fomentando, portanto, inúmeros benefícios à sociedade através das práticas colaborativas e restaurativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da prática e do estímulo à cultura de paz torna-se evidente diante do Relato de Experiência apresentado, especialmente quando se trata da resolução de conflitos. Não obstante, como abordado no artigo, é notável que a tradição predominante é a de remediar as disputas por meio de veredicto proferido por magistrado, através do Poder Judiciário, ou, em situações extremas, através do confronto direto. Desse modo, com o intuito de pacificar as relações conflituosas, a mediação surge como alternativa para os envolvidos desenvolverem o diálogo e tornarem-se protagonistas de suas decisões.

Sob essa perspectiva, perante o avanço nacional e o resultado positivo advindos da mediação, cuja prática colabora para a facilitação da comunicação e a construção de acordos pacíficos, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará instaurou o Centro de Mediação e Gestão de Conflitos para propagar e fortalecer a abordagem apaziguadora. Nesse sentido, os indicadores apresentados na análise argumentativa do RE constataam a importante atuação do Poder Legislativo diante do movimento da cultura de paz, sobretudo em razão do índice de pessoas alcançadas com as ações educativas, preventivas, os serviços de assessoria jurídica, círculos de construção de paz e a mediação extrajudicial.

Conforme a estatística apresentada, 4.058 (quatro mil e cinquenta e oito) pessoas foram alcançadas pelos trabalhos fornecidos pelo CEMGEC no ano de 2023. Trata-se, portanto, de um dado significativo para o Poder Legislativo, tendo em vista que, culturalmente, o Parlamento é reconhecido como “parlamento fechado” ou “legislativo opaco”, com foco apenas na elaboração de leis e na atividade de fiscalização. Dessa maneira, o fornecimento dos serviços do Centro de Mediação e Gestão de Conflitos representa a possibilidade e, por conseguinte, a responsabilidade do Poder Legislativo de difundir a paz e apresentar alternativas à sociedade para resolução dos conflitos.

Cumprir informar que o Parlamento cearense se tornou referência para órgãos do Poder Legislativo de outras regiões, pois o CEMGEC recebe visita de Assembleias Legislativas e de Câmaras Municipais interessadas no serviço, as quais desejam conhecer a estrutura, o fluxograma e a medida legal de institucionalização do departamento, com o objetivo de estudarem a viabilidade da implantação.

Entretanto, diversas casas legislativas ainda se apresentam indiferentes à mediação extrajudicial e às práticas restaurativas com o fito de atender a população, pois ou desconhecem o serviço e a possibilidade de execução, ou ainda acreditam que a responsabilidade é dos demais Poderes, os quais podem contar com a sua colaboração. Sob esse enfoque, o Relato de Experiência é fundamental para estimular a prática pelos órgãos do Poder Legislativo, cujas competências permitem a prestação dos serviços pelo Parlamento.

Como abordado no artigo, o ser humano traz consigo uma propensão intrínseca ao conflito. Em razão disso, é essencial ressaltar o papel promissor desempenhado pelo CEMGEC através dos círculos de construção de paz, por meio dos quais as pessoas aprendem a lidar com as diferenças e se conscientizam quanto à importância da comunicação não violenta e colaborativa para a convivência. Em virtude disso, a Casa Legislativa age com responsabilidade social ao permitir que as pessoas dialoguem mediante a condução da roda de conversa por facilitadoras qualificadas, as quais proporcionam o suporte necessário para a fala e a escuta ativa dos participantes.

Outrossim, considerando as informações apresentadas no Relato de Experiência, verifica-se o atendimento ao 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, que aborda a importância da “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”. A promoção da cultura de paz pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por intermédio do CEMGEC, corrobora e fortalece o propósito da ONU, porquanto difunde ações que reduzem a violência e impulsionam a paz na convivência social.

Em conclusão, o estudo relata o impacto positivo da atuação do Parlamento cearense sob o enfoque do movimento da cultura de paz. Como resultado, promove mudanças de comportamento, empoderamento das pessoas que são atendidas pelo serviço, redução da sobrecarga do judiciário, economia de tempo e recursos, e, conseqüentemente, a pacificação social. Portanto, a importância da mediação e das práticas restaurativas deve ecoar para todos os órgãos institucionais diante da necessidade contínua do trabalho pacificador. Dessa forma, o Relato de Experiência

fortalece a convicção de que a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará segue a trajetória apropriada e atua como propulsora para que outras Casas Legislativas promovam ações correlatas, visando à paz.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Cecília Bezerra de. Uma nova forma de “fazer justiça”: as experiências de Justiça Restaurativa Juvenil no Poder Judiciário Cearense. 2020. Disponível em <<https://www.unifor.br/documents/392178/3101527/Ana+Cecilia+Bezerra+de+Aguiar.pdf/5e477fe4-2e9d-a0f3-89d5-9e72a7c478f2>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

ANDRADE, Antônio Marcelo Rogoski; SILVA, Mário Edson Passerino Fischer da. Apostila para facilitadores de Processos Circulares do Núcleo de Prática e Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Paraná. Curitiba: Escola Superior do MPPR. 2020. Disponível em <https://ceaf.mpba.mp.br/wp-content/uploads/2023/03/Processos_Circulares-compactado-1.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2023.

BERTO, Fernando Pommot. O Desenvolvimento da Mediação de Conflitos no Brasil: Avanços e Desafios. 2022.

BRANCHER, Leonardo. A paz que nasce de uma nova justiça. Caxias do Sul: Ajuris, TJRS, 2014. Disponível em <<https://www.mpmg.mp.br/data/files/18/F6/A8/14/65A9C71030F448C7860849A8/A%20paz%20que%20nasce%20de%20uma%20nova%20justica.pdf>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

BRASIL. LEI n° 13.140/2015, de 26 de junho de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm>. Acesso em 22 de novembro de 2023.

BRIQUET, Enia Cecília. Manual de Mediação: teoria e prática na formação do mediador. 1a edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 2016.

BUSH, Robert A. Baruch. “A Study of Ethical Dilemmas and Policy Implications”. Ofio St. J. onDisp. Res. Editora: Jossey-Bass. 1994.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. A Evolução da Conciliação e da Mediação no Brasil. Revista FONAMEC. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2017.

CONFESSOR, Sara Américo de Pontes. O Uso da Mediação na Solução de Conflitos no Direito de Família Brasileiro. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa. Brasília, junho de 2019. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/o/2019/06/8e6cf55c06c5593974bfb8803a8697f3.pdf>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

Cavalcanti, P. A., Paula, A. O círculo vicioso da Gestão Pública brasileira. In *Planejamento governamental e democratização*. 2014

_____. Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_125_29112010_03042019145135.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

_____. Resolução n° 225, de 31 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

DE VASCONCELOS, Carlos. Mediação de conflitos e prática restaurativas. 6a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda; São Paulo: Editora Método. 2018.

DIAS, Aline Pereira et al. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO, COMO MANEIRAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS. *Facit Business and Technology Journal*, v. 1, n. 38, 2022.

FARIAS. Érica Regina Albuquerque de Castro. A justiça restaurativa como solução de conflitos infracionais: um novo caminho para o sistema socioeducativo no Estado do Ceará. Fortaleza. 2017. Disponível em <<https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2021/06/Dissertacao%C3%89rica-Regina-Albuquerque-de-Castro-Brilhante-Farias.pdf>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

GRAVIELIDES, Theo; ARTINOPOULOU, Vasso. *Reconstructing restorative justice philosophy*. Ashgate Publishing, Ltd., 28 de jan. de 2014, p. 270. Disponível em <<https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781315604053/reconstructing-restorative-justice-philosophy-vasso-artinopoulou-theo-gavrielides>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

GUANAES SILVA DE CARVALHO FARIAS, Juliana.
PANORAMA DA MEDIAÇÃO NO BRASIL: AVANÇOS
E FATORES CRÍTICOS DIANTE DO MARCO LEGAL.
Direito UNIFACS–Debate Virtual, n. 192, 2016.

KONTZE, Karine Brondani; DE AQUINO, Quelen Brondani.
O TRATAMENTO DADO A MEDIAÇÃO NO NOVO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2015.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fabio Fernandes;
ALMEIDA, Cláudio Bispo de. Pressupostos para a Elaboração
de Relato de Experiência como Conhecimento Científico.
Revista Práxis Educacional, v. 17, n. 48, 2021. Disponível
em <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9451/6131>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

NETO, Adolfo Braga. Mediação de Conflitos:
Princípios e Norteadores. Revista da Faculdade
de Direito UniRitter, v. 1, n. 11, 2012.

NETO, Adolfo Braga; LEVY, Fernanda Rocha Lourenço,
VASCONCELOS; Carlos Eduardo; SANTOS, Lia Justiniano dos;
SALES, Lilia Maia de Moraes; MARODIN, Marilene; ALMEIDA,
Tania. Mediação de conflitos no Brasil: memória e vivências.
1a edição. São Paulo: Editora CL-A Cultural Ltda, 2023.

NETO, Adolfo Braga; ZAPAROLLI, Célia Regina; GABBAY,
Daniela Monteiro; FALECK, Diego; TARTUCE, Fernanda;
GUERRERO, Luis Fernando; PELAJO, Samantha; ALMEIDA,
Tania. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem:
curso de métodos adequados de soluções de controvérsias.
3a edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda. 2020.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Belo Horizonte: Revista Responsabilidades, TJMG, v. 2, n. 2, set. 2012/ fev. 2013. Disponível em <https://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/2631/adriana_sena_dez_anos_praticas_restaurativas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 de dezembro de 2023.

PASTOR, Luciano. Mediação de Conflitos Familiares: Judicial e Extrajudicial. 2023.

PAVON, Raíssa Varrasquim. A mediação de conflitos como fator de desenvolvimento à escala humana. 2018.

PEDROSA, Antônio Renato Gonçalves; NETO, Carlos Roberto Cals de; FARIAS, Érica Regina Albuquerque de Castro. Centro de Justiça Restaurativa: orientações técnicas para uso de práticas restaurativas como alternativa ao processo judicial. 2020. Disponível em <<https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2020/09/Manual-do-Centro-de-Justi%C3%A7a-Restaurativa-CJR.pdf>>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

PRANIS, Kay. Círculos de justiça restaurativa e de construção da paz: guia do facilitador. 1a edição. Porto Alegre: Ajuris, TJRS, 2011. Disponível em <<https://www.mpmg.mp.br/data/es/16/17/27/34/65A9C71030F448C7860849A8/Circulos%20de%20Justica%20Restaurativa%20e%20de%20construcao%20da%20paz.pdf>>. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

PRANIS, Kay. Processos circulares de construção de paz. Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

RAMOS, Katury Rayane Rodrigues Ramos; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. A Justiça Restaurativa na escola: um estudo sobre a implementação de mediação de conflitos e círculos restaurativos no Ceará. Porto Alegre: Revista Debates. 2017. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/74851/43499>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2023.

REIS, Ana Beatriz Marques; GOUVEIA, Pedro Henrique dos Santos; FERREIRA, Giovanna Afonso Mendes. Eficácia da Mediação nos Conflitos Familiares: uma análise a partir dos casos atendidos no CEJUSC de Araguaína-TO. Facit Business and Technology Journal, v. 4, n. 39, 2022. Disponível em <<http://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1941>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2023.

SANTANA, Aline. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030. Disponível em <<https://brasilesg.eco.br/conheca-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

STULBERG, Joseph B. “Facilitative Versus Evaluative Mediator Orientations: Piercing the ‘Grid’ Lock”. Florida State University Law Review. 1997.

ZEHR, Howard. Justiça Restaurativa. São Paulo: Palas Athenas, 2012. (Da reflexão à ação). Tradução Tônia Van Acker.

SOBRE OS AUTORES

Ana Quézia Moraes Sales

Psicóloga, colaboradora da Célula de Psicologia do Departamento de Saúde e Assistência Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Antônio Gabriel Farias Alves

Engenheiro Ambiental e Sanitarista, integrante da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental, que integra o Comitê de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Ceará. Formado em Engenharia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Ceará.

Carla Morgana Ferreira Nobre

Assessora Técnica da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental na Assembleia Legislativa do Ceará. Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade de Fortaleza, possui MBA em Planejamento e Gestão Ambiental na Cadeia Produtiva e especialização em Gestão e Governança Corporativa com foco em ESG.

Caroline de Sousa Morais

Graduanda em Psicologia pela Unifametro. Pesquisadora científica da luta contra o racismo sistêmico.

Cristiane Sales Leitão

Graduada em Fonoaudiologia (Unifor); especialista em Sistemas de Gestão Integrados da Qualidade, Meio Ambiente, Responsabilidade Social e Segurança e Saúde no Trabalho (Senac-SP); mestre em Gestão em Saúde (Uece). Idealizadora do Comitê de Responsabilidade Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Eliana da Silva Moreira

Graduada em Psicologia pela Unifor (2020). Especialista em Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. Mestre em Psicologia Social. Mediadora judicial e extrajudicial.

Gabriela Cavalcante de Freitas Eufrazio

Bacharel em direito pela Universidade de Fortaleza. Aluna de pós-graduação pela Unipace, MBA em Gestão e Governança Pública. Membro Executivo do Comitê de Responsabilidade Social da Alece.

Isabel Teixeira de Souza

Psicóloga formada pela Unifor, especialista em Terapia Sistêmica Familiar, Hipnoterapeuta. Colaboradora da Célula de Saúde Mental da Alece.

Jéssica Vieira Tavares

Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Ceará- IFCE, Pós-graduada em ESG pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC. Membro Executivo II da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental da Alece.

João Pedro Freire Alves da Silva

Gestor da sala de gestão de resíduos da Alece. Formado em Engenharia Ambiental pela UFC, cursando Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Unichristus, cursando MBA em Gestão de Resíduos pela Anhanguera Educacional

Jussara Alves Conceição

Graduada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2018). Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto Damásio de Direito - Faculdade IBMEC São Paulo. Servidora pública estadual, aprovada para o cargo de Analista Legislativo da Assembleia Legislativa do Ceará - Alece, com lotação no Centro de Mediação e Gestão de Conflitos - CEMGEC, onde hoje ocupa o cargo de Articuladora. Advogada.

Lara Santos Lobo

Psicóloga. Docente de pós-graduação em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Formada em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela FioCruz de Brasília. Formada em Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho pela Escola de Saúde Pública (ESPCE). Psicóloga do Trabalho da Célula de Saúde e Segurança do Trabalho na Assembleia Legislativa do Ceará. Psicóloga Clínica.

Lídia Andrade Lourinho

Graduada em Fonoaudiologia pela Unifor e em Pedagogia pela Uece. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, em Moderna Educação e em Neuropsicopedagogia. Mestre em Educação em Saúde, doutora e pós-doutora em Saúde Coletiva. Docente dos mestrados em Ensino na Saúde, Saúde da Criança e do Adolescente e Gestão em Saúde da Universidade Estadual do Ceará e dos cursos de Enfermagem e Psicologia da Faculdade Luciano Feijão. Diretora acadêmica da Unipace, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Luana Paula Brasileiro Canamary

Orientadora da Célula de Fomento à Cidadania e Empreendedorismo de Impacto Social da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Formada em Turismo pela FIC, especialista em Formação Empresarial pela UNIFOR, cursando MBA em Governança e Gestão Pública pela UNIPACE.

Minuchy Mendes Carneiro Alves

Enfermeira, Graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente, pela Universidade Estadual do Ceará (Uece), Especialista em Enfermagem Oncológica, pela Escola Cearense de Oncologia (ECO), servidora municipal de Fortaleza (PSF), servidora estadual do Ceará, Hematologia do Hospital César Cals, docente da Faculdade de Medicina Unichristus.

Orlando Constâncio Gadelha Filho

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Graduado em Psicologia Organizacional e do Trabalho pela Faculdade Focus. Pós-graduado em Avaliação Psicológica no

Âmbito Educacional e para Porte de Armas pelo Instituto Formar. Atualmente é servidor da Alece no cargo de Analista Legislativo - Especialidade Psicologia.

Raisa Lou Fagundes Pontes

Graduada em Direito pela Unichristus (2016). Advogada. Especialista em Mediação e Práticas Sistêmicas Restaurativas. Mediadora e conciliadora judicial e extrajudicial. Facilitadora de círculos de construção de paz. Coordenadora do Centro de Mediação e Gestão de Conflitos da Assembleia Legislativa do Estado Ceará - Alece.

Rejane Oliveira Sales

Doutoranda em Psicologia/Comportamento Organizacional, mestre em Educação, especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Graduada em Pedagogia e em Psicologia. Atua como Psicóloga Clínica da Elabore Clínica Psicológica e como servidora pública da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz) da Célula de Desenvolvimento de Pessoas (CEDEP/RH). Coordenadora do Núcleo de Saúde Mental.

Selma Machado de Castro

Terapeuta das práticas sistêmicas e restaurativas no ambiente profissional, organizacional e na vida pessoal. Consteladora Familiar e Estrutural. Formada em Círculo da Justiça Restaurativa e Construção de Paz e Comunicação Não Violenta. Graduada em Gestão Pública e em Psicologia.

Tamires Campos Góes da Silva Guimarães

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Metropolitana de Fortaleza (FAMETRO). Especialização em enfermagem obstétrica pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e em Saúde da família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Orientadora da célula de saúde e segurança do trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Yuri Passos Santos

Supervisor da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental da Alece. Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade de Fortaleza. Pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Gestão e Governança Corporativa direcionada às práticas ESG. Membro da Comissão da OAB de Estudo para a Sustentabilidade, ESG e Empreendedorismo e da Comissão Especial Brasil/ONU de Integração Jurídica e Diplomacia Cidadã.

Esta publicação foi composta com a família tipográfica Gandhi Sans e Serif corpo 8 a 20



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora

2023-2024

Deputado Evandro Leitão

Presidente

Deputado Fernando Santana

1º Vice-Presidente

Deputado Osmar Baquit

2º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira

1º Secretário

Deputada Juliana Lucena

2ª Secretária

Deputado João Jaime

3º Secretário

Deputado Dr. Oscar Rodrigues

4º Secretário

EDIÇÕES
INESP
DIGITAL

